

Caderno de resumos expandidos

I ENCONTRO CIENTÍFICO DA UEMA

Campus Presidente Dutra



**Ciência,
Comunidade e
Formação de
Saberes**

ORGANIZADORES

**Douglas Rodrigues de Sousa
Francisca Franciana Sousa Pereira
Joana Darc Rodrigues da Costa
Rhusily Reges da Silva Lira**



**Editora
Uema**

Caderno de resumos expandidos
I ENCONTRO
CIENTÍFICO DA UEMA
Campus Presidente Dutra
Ciência, Comunidade e Formação de Saberes

Presidente Dutra – MA
08 a 10 de outubro de 2025



**Editora
Uema**

ISBN

978-85-8227-727-0

Formato: Livro Digital

EDITOR RESPONSÁVEL

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Ana Lucia Abreu Silva

Ana Lúcia Cunha Duarte

Cynthia Carvalho Martins

Eduardo Aurélio Barros Aguiar

Emanoel Cesar Pires de Assis

Denise Maia Pereira

Fabiola Hesketh de Oliveira

Helciane de Fátima Abreu Araújo

Helidacy Maria Muniz Corrêa

Jackson Ronie Sá da Silva

José Roberto Pereira de Sousa

José Sampaio de Mattos Jr

Luiz Carlos Araújo dos Santos

Marcos Aurélio Saquet

Maria Medianeira de Souza

Maria Claudene Barros

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Wilma Peres Costa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

REITOR

Walter Canales Santana

VICE-REITOR

Paulo Henrique de Aragão Catunda

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO – PROG

Mônica Piccolo Almeida Chaves

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG

Marcelo Cheche Galves

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS ESTUDANTIS – PROEXAE

Ilka Márcia Ribeiro de Souza Serra

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Thiago Cardoso Ferreira

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

José Rômulo Travassos da Silva

DIRETOR DO CAMPUS DE PRESIDENTE DUTRA

Douglas Rodrigues de Sousa

Universidade Estadual do Maranhão

Rua Vinte e Oito de Junho Sul, s/n, Vila Militar, Presidente
Dutra/MA

Todos os Direitos Reservados

DAS INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão – Campus de
Presidente Dutra

DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO

Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (Proexae)

DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Douglas Rodrigues de Sousa

Joana Darc Rodrigues da Costa

Mayara de Sousa Oliveira

Norian Bissoli

Patricia de Sousa Silva

Rhusily Reges da Silva Lira

Werbeth Leonardo da Silva

Antônio Marcos da Conceição Lima

DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Douglas Rodrigues de Sousa (UEMA)

Francisco Alves Gomes (UFRR)

Francisca Franciana Sousa Pereira (UEMA)

Joana Darc Rodrigues da Costa (UEMA)

José Ailson Lemos de Souza (UEMA)

José Antonio Vieira (UEMA)

José Wanderson Lima Torres (UESPI)

Luciana Martins Arruda (UEMA)

Luizir Oliveira (UFPI)

Rhusily Reges da Silva Lira (UFPI/UEMA)

Saulo Barreto Lima Fernandes (UEMA)

Caderno de Resumos Expandidos do I Encontro Científico da UEMA. Ciência, Comunidade e Formação de Saberes. Presidente Dutra - MA, 08 a 10 de outubro de 2025 [recurso eletrônico] / organizadores, Douglas Rodrigues de Sousa, Francisca Franciana Sousa Pereira, Joana Darc Rodrigues da Costa, Rhusily Reges da Silva Lira. – Presidente Dutra, MA: EDUEMA, 2026.

121p. il.color.

ISBN: 978-85-8227-727-0

1. Interdisciplinaridade. 2. Extensão. 3. Pesquisa. I. Sousa, Douglas Rodrigues de [et.al.] organizadores. II.Título.

CDU: 167:378

Elaborado por Luciana de Araújo - CRB 13/445



Sumário

Apresentação	9
As dificuldades dos professores no processo de alfabetização: uma análise bibliográfica sobre os desafios do ensino no 1º ano do ensino fundamental	13
Memória e espaço: reflexões sobre a poética de Cora Coralina	24
A evitação penal como instrumento de enfrentamento ao estado de coisa inconstitucional: limites da progressão de regime diante da superlotação carcerária	28
Saúde mental de estudantes de ciências biológicas da UEMA: perfil, hábitos e impactos no desempenho acadêmico	36
Linguagem híbrida: como atrair o educando por meio de didáticas interativas em aulas de língua portuguesa	41
Dualidade da prostituição em “A estrela sobe” de Marques Rebelo	46
A literatura negra no cotidiano educacional: uma análise da efetividade da Lei 10.639/2003	51

Proteção jurídica de crianças e adolescentes no direito do trabalho e os impactos do trabalho artístico e da atividade de influenciadores mirins	55
Oportunidades perdidas e possibilidades de recomposição do dano: aplicabilidade da teoria da perda de uma chance segundo a legislação, a doutrina e a jurisprudência brasileira	60
O niilismo na obra o estrangeiro de Albert Camus: a partir de Friedrich Nietzsche e Gilles Lipovetsky	65
Cuidados de enfermagem à pessoa com doença renal crônica em hemodiálise: uma revisão narrativa	69
Gírias da Geração Z e seu funcionamento sintático-semântico	74
Formação continuada de professores do ensino fundamental para inclusão de alunos surdos: desafios e práticas em escolas públicas de Presidente Dutra - MA	79
Associativismo rural e o fortalecimento da agricultura familiar no município de Presidente Dutra - MA	82
Fatores que influenciaram o aumento do preço da carne bovina na microrregião de Presidente Dutra em 2019 a 2022	87
Novas mídias, novas críticas: concepções contemporâneas sobre a recepção literária em plataformas digitais	95
Atuação de profissionais formados em tecnologia de gestão do agronegócio em empresas de financiamento de projetos agropecuários	100

Estudo das técnicas, práticas e tecnologias empregadas na produção do abacaxi em São Domingos do Maranhão - MA	107
O papel das plataformas digitais na mediação da literatura contemporânea: teoria, discurso e circulação	113
Estelionato eletrônico e vulnerabilidade social: desafios à efetivação da tutela penal	117



Apresentação

O **I Encontro Científico** da Universidade Estadual do Maranhão - Campus de Presidente Dutra surge como um marco histórico na consolidação das práticas científicas e extensionistas da instituição. Com o tema “Ciência, Comunidade e Formação de Saberes”, o evento se propôs a ser mais do que um espaço de socialização de pesquisas - foi, sobretudo, um território de encontro, diálogo e construção coletiva de conhecimento.

Realizado no âmbito do Campus da UEMA de Presidente Dutra e patrocinado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da Universidade Estadual do Maranhão (PROEXAE), o encontro reafirma o compromisso da universidade com a difusão da ciência, da cultura e da extensão como práticas indissociáveis do ensino superior público de qualidade.

A iniciativa, concebida com caráter interdisciplinar, nasceu do desejo de fortalecer os laços entre a UEMA e a comunidade local e regional, reafirmando o papel da universidade pública como agente de transformação social e promotora do desenvolvimento humano. A partir dessa perspectiva, o encontro reuniu docentes, discentes, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas do saber em uma experiência plural, que colocou em evidência a relevância da ciência na vida cotidiana e seu reflexo nas práticas sociais.

Os Cadernos de Resumos aqui apresentados são fruto desse movimento coletivo. Cada trabalho registrado representa não apenas o esforço individual de investigação, mas também o compromisso de toda

uma comunidade acadêmica em fazer ciência comprometida com a realidade que a cerca. Ao reunir produções científicas de Ciências Humanas, Letras, Ciências Sociais Aplicadas, Direito, Ciências Agrárias, Ciências da Saúde e suas Tecnologias, o evento evidencia a potência da interdisciplinaridade como caminho para compreender e intervir nas complexas questões do nosso tempo.

Mais do que registrar resultados de pesquisa, estes cadernos simbolizam o fortalecimento de uma cultura científica em expansão no Campus da UEMA de Presidente Dutra. A universidade reafirma, assim, sua vocação para o ensino de qualidade, a pesquisa aplicada e a extensão transformadora, pilares indissociáveis que orientam a formação crítica e cidadã dos estudantes.

O I Encontro Científico da UEMA - Campus de Presidente Dutra também se insere no contexto da curricularização da extensão, conforme as diretrizes da Resolução CNE/CES nº 7/2018, promovendo a integração efetiva entre teoria e prática, universidade e sociedade, saber acadêmico e saber popular. A ciência, nesse sentido, não se apresenta como discurso distante ou exclusivo, mas como uma prática viva e enraizada nas experiências humanas, capaz de dialogar com as demandas sociais e propor soluções sustentáveis para os desafios contemporâneos.

A relevância deste evento é ampliada pelo seu alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, reafirmando o compromisso da UEMA com uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa (ODS 4), com a redução das desigualdades sociais (ODS 10), com a promoção de cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e com o fortalecimento de parcerias e redes colaborativas (ODS 17). Cada oficina, mesa-redonda e simpósio realizado neste encontro contribuiu para consolidar práticas de ensino e extensão que transformam a ciência em ação concreta.

Em um cenário em que o conhecimento é frequentemente desvalorizado, este encontro reafirma que fazer ciência é um ato de resistência, responsabilidade e esperança. É resistir à indiferença, é se responsabilizar pela construção de um mundo mais justo e é manter viva a

esperança de que a educação pública pode - e deve - ser o motor das mudanças sociais que desejamos.

Os resumos reunidos neste volume representam o pulsar de uma universidade que pensa, cria e transforma. São vozes que se encontram para pensar o mundo desde o interior do Maranhão, projetando ideias, debates e soluções que ultrapassam fronteiras. Cada pesquisa aqui apresentada é parte de uma rede viva de saberes que se interconectam, consolidando o papel da UEMA como instituição comprometida com o desenvolvimento sustentável, a equidade e a dignidade humana.

Que este Caderno de Resumos sirva, portanto, não apenas como registro das atividades do **I Encontro Científico da UEMA - Campus de Presidente Dutra**, mas como testemunho de um tempo em que a universidade se reconhece como espaço de partilha, invenção e transformação.

A todos e todas os (as) participantes, palestrantes, mediadores, oficinairos, estudantes e colaboradores que tornaram este evento possível, expressamos o mais sincero reconhecimento. Que esta seja apenas a primeira de muitas edições que continuarão a fortalecer o diálogo entre ciência, comunidade e formação de saberes - um diálogo que nasce aqui, mas que se estende para muito além dos muros da universidade.

Presidente Dutra – MA
Outubro de 2025
Equipe Organizadora



Resumos Expandidos



As dificuldades dos professores no processo de alfabetização: uma análise bibliográfica sobre os desafios do ensino no 1º ano do ensino fundamental

**WLGA ALVES DE SOUSA
UEMA – PRESIDENTE OUTRA**

INTRODUÇÃO

A alfabetização é um processo essencial na formação do indivíduo e constitui a base sobre a qual se constrói toda a trajetória escolar. No contexto da educação básica, o domínio da leitura e da escrita representa não apenas o aprendizado de um código linguístico, mas também a inserção do sujeito em práticas sociais e culturais de uso da linguagem. Segundo Ferreiro e Teberosky (1999), a alfabetização é um processo ativo de construção do conhecimento, no qual a criança desenvolve hipóteses sobre o funcionamento da escrita a partir de suas interações com o mundo letrado. Entretanto, apesar de sua relevância, o processo de alfabetização nas escolas brasileiras ainda enfrenta inúmeros desafios. Estudos como os de Soares (2016) e Morais (2012) indicam que os índices de alfabetização permanecem preocupantes, revelando defasagens na aprendizagem da leitura e da escrita e evidenciando as dificuldades encontradas por professores alfabetizadores no exercício de sua prática. Tais dificuldades estão frequentemente relacionadas a lacunas na formação docente, à adoção de metodologias pouco significativas, à ausência de recursos pedagógicos adequados e às condições estruturais precárias das escolas públicas. Esses fatores contribuem para que o processo de alfabetização seja, muitas vezes, fragmentado

e distante das necessidades reais dos alunos. Além disso, observa-se que parte dos docentes ainda mantém práticas tradicionais, baseadas na repetição e memorização, o que limita o desenvolvimento das habilidades leitoras e escritoras e dificulta a construção de uma aprendizagem significativa. Nesse sentido, refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores no ensino da alfabetização torna-se fundamental para compreender as causas desse cenário e propor caminhos para superação. A relevância deste estudo reside no fato de que a alfabetização é o alicerce da educação e o principal meio de acesso ao conhecimento e à cidadania. Um ensino alfabetizador efetivo é condição indispensável para o sucesso escolar, a inclusão social e o desenvolvimento crítico dos sujeitos. Assim, analisar as dificuldades enfrentadas pelos professores alfabetizadores, a partir da literatura científica, contribui não apenas para o campo acadêmico, mas também para a formulação de políticas públicas e estratégias formativas voltadas à melhoria da qualidade do ensino. Dessa forma, este estudo propõe uma análise bibliográfica acerca das dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de alfabetização dos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental, buscando compreender os fatores que interferem na prática pedagógica e discutir as estratégias teóricas apontadas pela literatura para o fortalecimento das práticas alfabetizadoras.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, fundamentada em livros, artigos científicos e documentos oficiais que tratam da alfabetização e da atuação docente nos anos iniciais. Foram analisadas obras clássicas, como Ferreiro e Teberosky (1999), Morais (2012) e Soares (2016), além de publicações recentes e diretrizes educacionais brasileiras, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Pacto Nacional pela

Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). A análise dos materiais foi estruturada em três eixos temáticos definidos conforme os objetivos específicos do estudo: Eixo 1: Fundamentos teóricos da alfabetização e das dificuldades docentes; Eixo 2: Desafios na formação e nas práticas pedagógicas; Eixo 3: Estratégias e propostas para superação das dificuldades. Esse procedimento possibilitou identificar os principais aspectos abordados pela literatura e compreender como os desafios enfrentados pelos professores alfabetizadores têm sido discutidos no campo educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica evidenciou que as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de alfabetização são complexas e interdependentes, envolvendo fatores pedagógicos,

formativos, institucionais e socioculturais. A literatura revisada mostra que a alfabetização é um campo atravessado por disputas conceituais e metodológicas, e que o êxito desse processo depende diretamente das condições de trabalho, da formação docente e das políticas educacionais que sustentam o ensino público no Brasil. Autores como Soares (2016) e Morais (2012) reconhecem que alfabetizar é um ato pedagógico que exige domínio teórico, sensibilidade e reflexão crítica. Nesse sentido, as dificuldades docentes não devem ser compreendidas apenas como falhas individuais, mas como reflexos de um sistema educacional que ainda não assegura a todos os professores as condições necessárias para exercer plenamente sua função. Os estudos de Ferreiro e Teberosky (1999) transformaram a compreensão da alfabetização ao mostrarem que o processo de aquisição da escrita é ativo e construtivo. A criança, ao interagir com o mundo letrado, elabora hipóteses sobre o funcionamento do sistema alfabético e reinterpreta o que aprende. Essa perspectiva rompe com práticas mecanicistas, centradas na

decodificação de letras e sílabas, e exige do professor uma postura mediadora, capaz de compreender o percurso cognitivo e linguístico do aluno. No entanto, a revisão revelou que muitos docentes ainda não dominam as bases teóricas que sustentam esse processo. De acordo com Soares (2016), há uma tendência de confundir alfabetização — ensino do sistema de escrita — com letramento, que diz respeito ao uso social da leitura e da escrita. Para a autora, esses dois conceitos são indissociáveis e devem caminhar juntos: “não há como letrar sem alfabetizar, e não se deve alfabetizar sem letrar”. Essa visão implica reconhecer que aprender a ler e escrever é um ato social, cultural e político, no qual a escola desempenha papel de inserção do indivíduo no mundo letrado. Além disso, autores como Freire (1996) e Morais (2012) ampliam o debate ao defender que alfabetizar não se limita à aquisição técnica da leitura, mas implica formar sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar a realidade por meio da linguagem. Freire (1996) enfatiza que “ensinar exige compreender que a educação é um ato político”, e, portanto, alfabetizar é também libertar, pois envolve a conscientização do indivíduo sobre seu papel no mundo. Sob essa ótica, as dificuldades enfrentadas pelos professores não decorrem apenas de limitações pessoais, mas da falta de integração entre teoria e prática pedagógica, o que impede o desenvolvimento de metodologias mais significativas. Muitos docentes ainda se veem presos a modelos tradicionais de ensino, enraizados em práticas de repetição e cópia, que não dialogam com o processo construtivo de aprendizagem proposto pelos estudos contemporâneos. A análise da literatura revelou que a formação docente é o ponto mais sensível no conjunto das dificuldades enfrentadas. Morais (2012) destaca que o processo de alfabetização requer um profundo conhecimento das dimensões fonológicas, morfosintáticas e semânticas da língua, além da compreensão dos princípios do sistema de escrita alfabética. Entretanto, muitos cursos de licenciatura oferecem apenas abordagens superficiais sobre

alfabetização, sem aprofundar as práticas de ensino voltadas às especificidades da educação infantil e dos anos iniciais. A formação continuada, que deveria suprir essas lacunas, também é marcada por fragmentação e descontinuidade. Nóvoa (1992) argumenta que o desenvolvimento profissional docente não pode se restringir a cursos esporádicos e prescritivos, mas deve ser construído a partir da reflexão sobre a prática e do diálogo entre pares. Segundo o autor, “formar-se é transformar-se”, e essa transformação requer um processo permanente de reconstrução da identidade docente. Nesse sentido, as dificuldades de alfabetização estão diretamente relacionadas à ausência de políticas públicas consistentes de formação e valorização do magistério. Soares (2017) afirma que as condições de trabalho, a baixa remuneração e a falta de recursos pedagógicos são fatores, que desmotivam o professor e limitam sua capacidade de inovar em sala de aula. Sem apoio institucional e pedagógico, o docente tende a reproduzir metodologias tradicionais, muitas vezes centradas na memorização, sem promover a autonomia intelectual dos estudantes. Outro ponto recorrente na literatura é o impacto das desigualdades sociais no processo de alfabetização. Alunos oriundos de contextos vulneráveis chegam à escola com poucas experiências de contato com livros e práticas letradas, o que exige do professor uma abordagem diferenciada. No entanto, sem o suporte adequado, o docente enfrenta dificuldades em atender às necessidades individuais dos alunos. Para Freire (1996), essa realidade reforça a importância de compreender a alfabetização como prática social, na qual o ato de ensinar e aprender está profundamente ligado às condições históricas e culturais dos sujeitos. Além da formação, a revisão apontou que muitos professores têm dificuldade em planejar e avaliar o processo de alfabetização de forma contínua e reflexiva. Tardif (2002) lembra que o saber docente é composto por múltiplas dimensões — o saber da experiência, o saber curricular, o saber pedagógico —, e que esses conhecimentos precisam dialogar

constantemente. Quando a escola não oferece tempo e espaço para o professor refletir sobre sua prática, a qualidade do ensino tende a ser comprometida. Assim, a superação das dificuldades não se limita à mudança de métodos, mas requer a construção de uma cultura escolar que valorize o professor como sujeito de saber e promova o trabalho coletivo. A ausência de colaboração entre docentes e a falta de acompanhamento pedagógico são entraves recorrentes que dificultam a efetividade das práticas alfabetizadoras. No terceiro eixo, a literatura revisada evidencia que a superação dos desafios na alfabetização passa por três dimensões interdependentes: metodológica, formativa e política. Em relação às metodologias, autores como Soares (2016) e Morais (2018) defendem a adoção de práticas inovadoras e contextualizadas, que considerem os conhecimentos prévios dos alunos e promovam situações reais de leitura e escrita. Sequências didáticas, jogos linguísticos e projetos de leitura são estratégias que tornam o processo mais dinâmico e significativo. No campo formativo, Nóvoa (1995) e Tardif (2002) apontam a necessidade de promover formações colaborativas, em que o professor tenha papel ativo na construção de seu próprio saber. As formações devem possibilitar o compartilhamento de experiências, a reflexão crítica sobre as práticas e o fortalecimento da identidade profissional. Além disso, a literatura ressalta o papel das políticas públicas no enfrentamento das dificuldades. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), criado em 2012, foi uma das políticas mais relevantes voltadas à formação de professores alfabetizadores, oferecendo cursos, materiais e acompanhamento pedagógico. Contudo, estudos posteriores apontam que sua implementação foi desigual e sua continuidade comprometida, o que demonstra a fragilidade das políticas educacionais no país. Outro aspecto destacado é a necessidade de integração entre teoria e prática. Freire (1996) e Morais (2012) defendem que o ensino da leitura e da escrita deve partir das experiências concretas dos alunos e valorizar o

contexto cultural de cada turma. Alfabetizar, portanto, é ensinar a pensar, desenvolver a criticidade e formar leitores autônomos. Quando o professor compreende o sentido social da alfabetização, ele deixa de ser mero transmissor de conteúdos e passa a ser mediador do conhecimento. Por fim, a valorização docente aparece como condição indispensável para qualquer avanço na alfabetização. Tardif (2002) enfatiza que “não há ensino de qualidade sem professores valorizados”, e essa valorização vai além do aspecto salarial — envolve reconhecimento social, autonomia profissional e condições dignas de trabalho. Sem esses fatores, toda tentativa de mudança metodológica tende a ser limitada e pontual. Em síntese, a revisão bibliográfica demonstra que as dificuldades enfrentadas pelos professores alfabetizadores não se restringem ao domínio do conteúdo ou ao uso de técnicas específicas. Elas refletem uma rede complexa de relações entre formação, condições de trabalho, políticas educacionais e concepções pedagógicas. Superá-las implica compreender a alfabetização como processo social e cultural, que requer uma abordagem interdisciplinar, crítica e humanizadora. Assim, cabe ao sistema educacional investir na formação de professores reflexivos, críticos e criativos, capazes de integrar teoria e prática, respeitar a diversidade dos alunos e construir ambientes alfabetizadores que estimulem o prazer pela leitura e pela escrita. A consolidação de uma alfabetização de qualidade depende, portanto, da articulação entre políticas públicas, formação continuada e práticas pedagógicas inovadoras, pautadas na valorização do ser humano e na defesa do direito de aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo de alfabetização decorrem de uma combinação de fatores

pedagógicos, estruturais, políticos e formativos, que impactam diretamente a qualidade do ensino e a aprendizagem dos alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os autores analisados — Ferreiro, Soares, Morais, Freire, Nóvoa e Tardif — convergem ao reconhecer que alfabetizar é um ato social, cultural e político, que ultrapassa a dimensão técnica da decodificação e exige do professor uma postura reflexiva, crítica e comprometida com o desenvolvimento humano. Os resultados evidenciam que as dificuldades na alfabetização não podem ser atribuídas exclusivamente ao docente, mas devem ser compreendidas dentro de um contexto educacional mais amplo. A formação inicial dos professores, em muitos casos, ainda não oferece a base teórica e metodológica necessária para lidar com as complexidades do processo de alfabetização. Essa lacuna repercute na prática pedagógica, levando à reprodução de métodos tradicionais e fragmentados, muitas vezes distantes das necessidades reais dos alunos. Do mesmo modo, a formação continuada ainda é marcada por descontinuidade e falta de contextualização. Programas pontuais, oferecidos de maneira verticalizada e sem diálogo com a prática docente, pouco contribuem para o aprimoramento profissional. Como defende Nóvoa (1992), a formação do professor deve ser um processo contínuo de reconstrução da identidade profissional, pautado na troca de saberes, na reflexão e na valorização da experiência. Isso significa que os espaços formativos precisam promover o protagonismo do professor e reconhecer seus saberes como ponto de partida para a construção de novos conhecimentos. Outro aspecto que se destacou na revisão diz respeito à necessidade de valorização profissional e das condições de trabalho docente. O professor alfabetizador atua em uma das etapas mais desafiadoras da educação, pois é responsável por introduzir o aluno no universo da linguagem escrita — um processo que exige sensibilidade, paciência e conhecimento profundo da psicogênese da língua. No entanto, a

realidade das escolas públicas brasileiras ainda é marcada por turmas numerosas, escassez de materiais didáticos e baixa remuneração. Como ressalta Tardif (2002), não é possível esperar um ensino de qualidade sem garantir ao professor o mínimo de condições estruturais, materiais e emocionais para exercer sua função. A revisão bibliográfica também permite afirmar que o processo de alfabetização precisa ser ressignificado nas escolas. Alfabetizar não se resume a ensinar o código, mas a formar leitores e escritores capazes de interagir criticamente com os textos e com o mundo. Essa perspectiva, defendida por Soares (2016) e Ferreiro (1999), reforça a ideia de que alfabetização e letramento são dimensões indissociáveis. Ensinar a ler e a escrever deve vir acompanhado da oportunidade de compreender, interpretar e produzir sentidos. Para isso, o professor precisa atuar como mediador, criando situações reais de leitura e escrita, nas quais o aluno perceba a funcionalidade da língua e a relevância do conhecimento que está construindo.

Além disso, é urgente fortalecer as políticas públicas voltadas à alfabetização e à formação de professores. Iniciativas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) representaram avanços importantes, mas sua interrupção e falta de continuidade prejudicaram a consolidação de uma política nacional efetiva. É necessário que programas dessa natureza sejam mantidos e aperfeiçoados, de modo a garantir formação permanente, acompanhamento pedagógico e valorização profissional. Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para reafirmar que alfabetizar é uma prática que articula saberes linguísticos, pedagógicos e culturais. O professor alfabetizador, ao reconhecer-se como sujeito de saber, torna-se capaz de desenvolver metodologias criativas e contextualizadas, rompendo com práticas engessadas e aproximando o ensino das vivências dos alunos. Essa postura reflexiva e investigativa é fundamental para transformar a sala de aula em um espaço de diálogo, construção coletiva e emancipação. Em termos de

contribuição prática, o presente trabalho evidencia a importância de se compreender as dificuldades docentes como fenômeno coletivo e sistêmico, e não como um problema individual. A superação dessas barreiras requer ações conjuntas entre professores, gestores e formuladores de políticas públicas, de modo que as propostas pedagógicas estejam alinhadas às demandas sociais e culturais dos alunos. Somente com essa articulação será possível alcançar uma alfabetização plena, capaz de garantir o direito à aprendizagem a todas as crianças. Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação sobre os impactos das formações docentes na prática alfabetizadora, bem como sobre as estratégias pedagógicas que têm se mostrado mais eficazes no desenvolvimento da leitura e da escrita nos primeiros anos escolares. Também é relevante que estudos posteriores considerem as especificidades regionais e culturais do país, valorizando a diversidade linguística e social como elementos constitutivos do processo de alfabetização. Conclui-se, portanto, que refletir sobre as dificuldades dos professores alfabetizadores é essencial para compreender os desafios da educação brasileira. A alfabetização, entendida como processo social e cultural, exige compromisso ético, político e pedagógico. Somente a partir de um trabalho coletivo, contínuo e fundamentado será possível formar leitores críticos, escritores autônomos e cidadãos conscientes de seu papel no mundo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MORAIS, Artur Gomes de. **Consciência fonológica na alfabetização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MORAIS, Artur Gomes de. **A alfabetização e o letramento: bases teóricas e práticas para a formação do professor alfabetizador**. São Paulo: Contexto, 2018.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, António. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Educa, 1995.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

UNESCO. **Educação para todos: relatório global de monitoramento 2023/2024**. Paris: UNESCO, 2024.



Memória e espaço: reflexões sobre a poética de Cora Coralina

**MARIA EUGÊNIA GOMES DE SOUSA
UEMA – PRESIDENTE DUTRA
RHUSILY REGES DA SILVA LIRA
UEMA – PRESIDENTE DUTRA**

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a poesia de Cora Coralina a partir da relação entre memória e espaço. A pesquisa parte da problematização sobre como a memória, entendida em sua dimensão coletiva, manifesta-se na poética da autora, transformando o cotidiano simples em símbolos culturais e afetivos. O principal objetivo é analisar como a poesia de Cora Coralina articula as noções de espaço e memória, revelando identidades e tradições da cultura brasileira. Além disso investigar a presença da memória coletiva na poética de Cora Coralina; compreender de que modo o espaço vivido se transforma em espaço simbólico e afetivo; identificar como as lembranças individuais da autora dialogam com tradições coletivas e refletir sobre a contribuição da autora para a preservação da identidade cultural e popular brasileira. A relevância desta pesquisa está em compreender a literatura de Cora Coralina como um registro da identidade cultural brasileira e da permanência de tradições populares que resistem até hoje.

METODOLOGIA

É uma pesquisa de cunho bibliográfica, fundamentada em estudos literários e em referenciais teóricos sobre memória. O principal aporte teórico é Maurice Halbwachs (2006), cujos conceitos sobre memória coletiva contribuem para a compreensão da forma

como Cora Coralina transforma suas vivências em expressões poéticas de valor cultural. A análise será conduzida a partir da obra *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais* da poeta brasileira, com enfoque na relação entre o espaço vivido, a lembrança e a identidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se que os resultados revelem como a poesia de Cora Coralina resgata espaços afetivos que se convertem em lugares de memória, mostrando a força simbólica do cotidiano. A autora transforma experiências simples da cidade, da casa, das ruas e das pessoas comuns, em elementos representativos da cultura brasileira. Desse modo, suas lembranças pessoais dialogam com tradições coletivas, reafirmando a identidade e os vínculos culturais presentes em sua obra. Vida e obra: Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, nasceu em 1889, na cidade de Goiás e faleceu em 1985, aos 95 anos. Poeta e contadora de histórias do povo e do cotidiano, publicou seu primeiro livro aos 76 anos de idade, e é reconhecida como uma das maiores vozes da poesia brasileira. Sua primeira obra publicada foi *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais* em 1965, marcando sua estreia literária. A obra retrata a cidade de Goiás, seus becos, ruas e memórias. Retrata a valorização do povo simples, da cultura popular e da vida cotidiana. Os becos simbolizam espaço físico e memória afetiva. Análise poética entre becos e lembranças: Cora Coralina expressa por meio da sua poesia a sua identidade, na sua obra poética *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais*, a autora traz a autenticidade da sua terra por meio de seus poemas e linguagem poética. Observamos o poema: *Minha Cidade/Goiás, minha cidade.../ Eu sou aquela amorosa de tuas ruas estreitas.../Eu sou aquela menina feia da ponte da Lapa./ Eu sou Aninha. (...)/ Minha vida, meus sentidos.../Têm aqui suas raízes.* (Coralina, 2012, p. 20-21) Neste poema: *Minha Cidade* – o eu lírico nos apresenta a memória

afetiva ligada à cidade de Goiás, sua terra natal, transformando o espaço urbano em lembrança viva. Uma das maiores características da autora é transformar a vida simples em poesias inesquecíveis. Como é possível observar nos versos “Eu sou aquela menina feia da ponte da Lapa. Eu sou Aninha.”, o poder da identidade, que por mais que tudo mude o eu lírico ainda é o mesmo e faz questão de deixar claro no poema. Outro exemplo é o poema *Becos de Goiás* que é retratado novamente a sua terra natal, como já é nítido no próprio título, o eu lírico enaltece becos, a paisagem os espaços que fogem do convencional transformando um espaço simples em símbolo de pertencimento e identidade, vejamos: Becos de Goiás/ Beco da minha terra.../ Amo tua paisagem triste.../Amo a avenca delicada que renasce na frincha/ De teus muros empenados.../Becos da minha terra, discriminados e humildes/ Lembrando passadas eras... (Coralina, 2012, p.63-64) No verso que o eu lírico diz "Amo tua paisagem triste", é possível notar o amor ignorando as marcas da dor e da decadência do lugar; mas na poesia o amor traz esse ar mais melancólico da paisagem, mostrando um olhar sensível e empático a respeito do cotidiano simples e marginalizado. O adjetivo "triste" reforça essa dimensão nostálgica e memorialista na poesia de Coração Carolina, e uma beleza que emerge do que é humilde, antigo e esquecido. Desse modo, os becos tornam-se um espelho da própria identidade da autora, que encontra na simplicidade e na memória um espaço de resistência e valorização cultural. Nos versos “Becos da minha terra, discriminados e humildes, Lembrando passadas eras...”, o eu lírico traz essa identidade cultural e simbólica, que evidencia esse aspecto de lembranças sobre sua terra. Os dois poemas retratam a terra da autora sua vida, sua rotina, suas vivências, a autora transforma seu cotidiano em patrimônio cultural e em história viva. Segundo Halbwachs (1990): Os diversos quarteirões, no interior de uma cidade, e as casas, no interior de um quarteirão, estão ligados ao solo, como árvores e rochedos. O grupo urbano não tem a impressão

de mudar enquanto o aspecto das ruas e edifícios permanece idêntico. (Halbwachs, 1990, p.181) Halbwachs fala sobre isso sobre pertencer a um lugar a uma terra, que o que é descrito nos dois poemas, sobre sempre ter lembranças dessa terra, que enquanto o espaço permanecer idêntico não é possível enxergar que houve mudança, o espaço influencia diretamente na criação dessas memórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a poética de Cora Coralina reafirma a importância da memória como elemento de resistência cultural e de valorização do espaço vivido. A relação entre memória e espaço em sua obra contribui para os estudos sobre literatura, cultura e identidade, ampliando a compreensão da poesia como forma de preservação da experiência humana e das tradições populares.

REFERÊNCIAS

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. São Paulo: Global, 2012. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

RICHTER REIMER, I.; SIQUEIRA, E. L. VIDA E OBRA DE CORA CORALINA. **Revista Caminhos – Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, Brasil, v. 18, n. 3, p. 930–942, 2020. DOI: 10.18224/cam.v18i3.8549. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/8549>. Acesso em: 30 set. 2025.



A evitação penal como instrumento de enfrentamento ao estado de coisa inconstitucional: limites da progressão de regime diante da superlotação carcerária

GIOVANNA NUNES BRANDÃO CORDEIRO

UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA

IANARA MARIA FEITOSA BEZERRA

UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA

EXPEDITO CARVALHO DE ABREU

UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA

HWYSON CHAVES DOS SANTOS LIMA

UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA

INTRODUÇÃO

A temática da crise no sistema prisional em articulação com as questões de estigma social e o acesso à justiça figura como um dos desafios mais complexos e urgentes no campo dos direitos humanos e da cidadania, uma vez que a continuidade de práticas discriminatórias e a naturalização da violação contra os Direitos Humanos na instância do Sistema Prisional dificultam a concretização plena dos Direitos inerentes a pessoa humana, evidenciando condições de vulnerabilidade. Nesse contexto, este estudo se propõe a realizar uma análise crítica acerca das condições oferecidas pelo sistema de justiça criminal às demandas relacionadas à superlotação carcerária, buscando compreender os limites estruturais e as possibilidades de superação da atual crise de proteção de direitos fundamentais. Partindo da concepção de cidadania, que ultrapassa os direitos civis e políticos formais, articulando-se com as assimetrias de poder na relação entre Estado x Indivíduo Privado de Liberdade, o acesso ao sistema de justiça e o reconhecimento e o

estabelecimento de medidas para superação da atual crise no sistema carcerário.

METODOLOGIA

A pesquisa adota o método de abordagem dedutivo, partindo de premissas teóricas amplas sobre direitos humanos e construção social, para analisar, de forma específica, a atuação do sistema de justiça criminal acerca do Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) dentro das penitenciárias brasileiras. Também se utiliza da perspectiva sociojurídica crítica, reconhecendo o Direito como fenômeno atravessado por relações de poder que afetam sua aplicação prática. Quanto ao método de procedimento, o estudo é descritivo, documental e jurídico-propositivo, incorporando análise de dados institucionais, relatórios oficiais e estatísticas produzidas por órgãos como o Ministério da Justiça, Senado Federal, STF, CNMP e Defensorias Públicas, além de organismos internacionais como Comissão Internacional de Direitos Humanos. Também serão analisadas jurisprudências e julgados relevantes, especialmente dos Tribunais Superiores. A técnica de pesquisa combina análise bibliográfica e documental. A bibliográfica abrange obras doutrinárias, artigos científicos, e teses disponíveis em plataformas como CAPES e *Google Acadêmico*. A documental envolve o estudo de leis, políticas públicas, e decisões judiciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo visa examinar a questão do Estado de Coisas Inconstitucional, admitido pelo Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, decidida em 2015. O foco está na execução penal no Brasil e nas opções jurídicas que podem ser utilizadas para combater a crise da

superlotação carcerária. Como destacou o STF, “o quadro atual do sistema penitenciário brasileiro configura um estado de coisas inconstitucional” (BRASIL, STF, ADPF 347 MC/DF, Rel. Ministro. Marco Aurélio, 09/09/2015), destacando violações sérias e persistentes dos direitos fundamentais. Essa decisão referencial exige uma reavaliação do papel da execução penal. Embora seja essencial para a individualização da pena, a progressão de regime se mostra inadequada para aliviar o sistema em face da gravidade da crise. Lopes Jr. (2021, p. 157) destaca que a execução penal no Brasil “tem se transformado em um prolongamento do poder punitivo, mais do que em uma garantia de limites ao exercício desse poder”. Essa conclusão é corroborada pela literatura crítica. Nilo Batista (1990, p. 34) afirma que o Direito Penal deve ser reduzido ao mínimo necessário para “evitar a banalização da pena privativa de liberdade e a sua utilização como resposta automática a conflitos sociais”. Essa visão estimula a reflexão sobre medidas alternativas, como penas que restringem direitos, práticas de justiça restaurativa e políticas de desencarceramento. Experiências recentes, como a expansão das audiências de custódia e a implementação de medidas cautelares diferentes da prisão (art. 319, CPP), indicam estratégias potenciais que se mostram eficientes quando se trata da não aplicação do cárcere com relação á delitos com menores potenciais ofensivos visando reduzir a superlotação. Em resumo, para superar o Estado de Coisas Inconstitucional, é necessário combinar um controle judicial eficaz, reformas legislativas e políticas públicas de prevenção penal sendo justificável pelo princípio que vai ao encontro do que Nilo Batista declara de que o Direito Penal é ou deveria ser a *Ultima ratio* determinando que o sistema jurídico deve empregar outros meios, como o Direito Civil, antes de recorrer às sanções penais. Somente dessa forma será viável alinhar a execução penal aos valores constitucionais, assegurando efetivamente a dignidade da pessoa humana no cárcere. O Sistema Penitenciário Brasileiro é marcado por

uma crise decorrente da superlotação, da insalubridade e das violações de direitos fundamentais que revela um déficit estrutural e persistente, de modo que essa realidade fere direitos inerentes à pessoa humana, comprometendo qualquer possibilidade de ressocialização dos apenados. A superlotação impacta diretamente a segurança pública, resultado de ambientes degradados que se tornam fábricas de reincidência e de violência, que alimentam o crime em vez de combatê-lo. Contudo, grande parte das medidas voltadas ao enfrentamento dessa crise concentra-se na execução da pena, como a progressão de regime ou até mesmo a ilusão de que a construção de novas unidades prisionais pode combater esse problema. Entretanto, tais medidas apresentam caráter passivo no que diz respeito à solução dessa problemática, uma vez que, a política criminal encarceradora, seletiva e ineficaz, adotada pelo Estado Brasileiro, aliada à omissão estatal em criar alternativas ao encarceramento e em garantir condições dignas de cumprimento da pena, perpetua esse cenário. Nesse contexto, a progressão de regime, prevista na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), por exemplo, constitui mecanismo relevante de individualização da pena e reinserção gradual do recluso na sociedade, todavia essa precariedade estrutural do sistema impede a plena efetividade dessa ressocialização, visto que contribui para a perpetuação desse cenário de violência sofrida pelas pessoas privadas de liberdade, que, em vez de melhorar esse comportamento, permanece no ciclo de criminalidade mesmo após o cumprimento da pena. A construção de presídios, por sua vez, não resolve o problema, mas apenas posterga seu agravamento, razão pela qual, para combater estruturalmente o Estado Inconstitucional de coisas-decisão judicial que reconhece uma violação massiva, generalizada e sistêmica de direitos fundamentais por parte do poder público-impõe-se a adoção de medidas que reduzam o ingresso de presos, dentre as quais destacam-se a racionalização da prisão preventiva, reafirmando seu caráter de exceção conforme previsto no art. 312 do

Código de Processo Penal; a efetiva implementação das audiências de custódia, com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP); e a ampliação do uso de penas alternativas (art. 44 do Código Penal), como prestação de serviços à comunidade e multas proporcionais, em consonância com os princípios da proporcionalidade e da intervenção mínima. Assim, Eugenio Raúl Zaffaroni (2007) adverte que “um sistema penal que se funda exclusivamente na lógica do castigo está condenado a reproduzir a violência que pretende combater”, de modo que a manutenção do modelo encarcerador apenas perpetua o ciclo de violação de direitos e agrava a crise prisional. Segundo os dados sobre o sistema prisional brasileiro do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), o Brasil, até a primeira metade de 2025, conta com uma população carcerária de mais de 850 mil pessoas, sendo o terceiro país com maior população prisional do mundo. Ademais, o déficit de vagas ultrapassa os 200 mil, cerca de 25% acima da capacidade, e, entre 2023 e 2024, a pesquisa aponta que cerca de um terço das unidades prisionais foi avaliada em condições ruins ou péssimas. Tais informações evidenciam a contribuição da superlotação carcerária para o aumento do Estado de Coisas Inconstitucional (ECI), uma vez que, visto a precariedade do sistema de reclusão, culmina no cerceamento de direitos básicos à vida humana. Superando esse obstáculo, é possível combater o ECI, permitindo uma melhor gestão de recursos disponíveis àqueles que realmente merecem o encarceramento e mitigando as violações dos Direitos Humanos dentro do ambiente penitenciário. Análogo a isso, observa-se que, mesmo sendo uma das nações que mais sentencia à reclusão, o Brasil ainda sofre com o problema da insegurança pública, um fator recorrente na sociedade, comprovando que apenas prender todo sujeito que cometa um delito não é uma forma realmente eficaz de resolver o óbice, pelo contrário, corrobora com o aumento da violência, dentro e fora das penitenciárias, e desencadeia outro, a

superlotação prisional. A banalização atual da reclusão como forma punitiva é a prova de que o sistema carcerário ultrapassou os limites do socialmente aceitável e transformou-se em uma solução superficial do problema, sendo a primeira e principal alternativa. Essa conclusão é sustentada pela literatura crítica, como a tese da prisão em última instância, do já citado jurista Eugenio Raúl Zaffaroni, que afirma ainda que “O direito penal deve ser usado como última ratio, reservado somente para os casos de maior gravidade” (Em Busca das Penas Perdidas, 1989). Portanto, a necessidade da redução da massa carcerária ainda na porta de entrada do sistema prisional é imprescindível para enfrentar o ECI. Assim, existem medidas que, se corretamente efetuadas, podem garantir o uso de todos os recursos disponíveis ao réu, a fim de recorrer à sentença de reclusão apenas em último caso, sendo uma das principais e mais abrangentes o ANPP. Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é uma medida alternativa à ação penal, introduzida Código de Processo Penal pela Lei nº 13.964/2019, passando a vigor no final de janeiro de 2020, sendo relativamente recente no ordenamento jurídico. O dispositivo objetiva um modelo de justiça consensual negociada, desde que necessária e suficiente para a reprovação do delito, visando evitar o encarceramento para quem comete crimes de menor gravidade, sem violência ou grave ameaça, cuja pena mínima seja inferior a 4 anos, exigindo a confissão formal do investigado e o cumprimento de condições estipuladas pelo Ministério Público para restaurar o dano causado, como prestar serviços à sociedade, pagar indenização ou restituir a vítima etc. Esse acordo ajuda na seleção de processos que realmente precisam do encarceramento como medida punitiva, combatendo a superlotação prisional e culminando no desafogamento judiciário, que sofre com a sobrecarga de processos, além de, por atuar diretamente na massa carcerária, enfrentar o ECI, mostrando-se um meio eficaz para ajudar no desfecho de diferentes óbices dentro do sistema. É válido ressaltar que este instrumento,

sozinho, não consegue sanar o problema do abarrotamento de presidiários nas instituições, mas tem um papel crucial por agir na raiz do imbróglio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado e discutido, conclui-se que o Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) será superado quando houver uma alteração no processo judicial criminal, optando-se por penas alternativas em detrimento das privativas de liberdade, com o intuito de desafogar o sistema prisional e retirá-lo da atual situação crítica. Medidas como a progressão de regime têm se mostrado ineficazes e insuficientes, sendo, portanto, necessária a modificação do Código de Processo Penal (CPP) e do Código Penal (CP), com o objetivo de extinguir alguns tipos penais, considerando o atual contexto social, uma vez que muitos deles estão defasados em relação à realidade contemporânea. Essa defasagem contribui diretamente para a superlotação do sistema carcerário e para a violação de direitos fundamentais. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347 busca escancarar as violações a que os indivíduos privados de liberdade são submetidos, com o propósito de expor a má gestão do Estado no que se refere à manutenção, estrutura e garantia dos direitos inerentes à pessoa humana. A recorrência dessas violações revela um processo de desumanização dos indivíduos encarcerados, os quais passam a ser vistos, prioritariamente, como criminosos, e não como cidadãos que cometeram delitos.

REFERÊNCIAS

ACS. Acordo de Não Persecução Penal. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF.TJus.br. Ago, 2024.

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BERNARDO FILHO, Paulo. **Como funciona o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)?**. Jusbrasil. Abr, 2021.

BRASIL. Supremo **Tribunal Federal**. ADPF 347/DF. Rel. Min. Marco Aurélio. Julg. 09/09/2015.

BRASIL. Supremo **Tribunal Federal**. RE 635.659/SP. Rel. Min. Gilmar Mendes. Julg. em andamento.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984)**. Brasília: Presidência da República, 1984.

BRASIL. **Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940)**. Brasília: Presidência da República, 1940.

BRASIL. **Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941)**. Brasília: Presidência da República, 1941.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 09 set. 2015.

BRASIL. **Observatório Nacional dos Direitos Humanos disponibiliza dados sobre o sistema prisional brasileiro**. Gov.br. Fev, 2025.

DEPEN. INFOPEN – **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília, Ministério da Justiça, 2023.

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em Busca das Penas Perdidas**. 5ª. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.



Saúde mental de estudantes de ciências biológicas da UEMA: perfil, hábitos e impactos no desempenho acadêmico

LUCAS DE BRITO SILVA
UEMA – CAMPUS COLINAS
LARA EMANUELLE ALVES DE SOUZA
UEMA – CAMPUS COLINAS
SANDRIEL COSTA SOUSA
UEMA – CAMPUS COLINAS

INTRODUÇÃO

A saúde mental tem sido objeto de crescente preocupação em instituições de ensino superior, visto que estudantes universitários enfrentam múltiplos desafios acadêmicos, sociais e pessoais que podem impactar seu bem-estar psicológico. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo reconhece suas próprias habilidades, consegue lidar com o estresse da vida, trabalhar de forma produtiva e contribuir para sua comunidade. Entretanto, pesquisas indicam que a população universitária apresenta maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de sintomas ansiosos e depressivos em comparação à população geral. No contexto brasileiro, fatores como sobrecarga de estudos, insegurança financeira, deslocamento entre municípios, distanciamento familiar e incertezas profissionais contribuem significativamente para o adoecimento mental de estudantes. Tais fatores são ainda mais preocupantes em cursos das áreas biológicas e da saúde, devido à intensidade das demandas curriculares (Morais *et al.*, 2021). O presente estudo buscou analisar a saúde mental de estudantes de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), campus Paulo VI, a partir da aplicação de um questionário

semiestruturado online. A investigação oferece subsídios para a compreensão das principais dificuldades enfrentadas pelos discentes e ressalta a importância de estratégias institucionais de apoio psicossocial.

METODOLOGIA

A pesquisa foi de natureza quantitativa e exploratória. A coleta de dados ocorreu no segundo semestre de 2022, por meio de um questionário semiestruturado *online*, elaborado no *Google Forms*. O instrumento contemplou questões fechadas relacionadas ao perfil sociodemográfico, hábitos de sono e alimentação, sentimentos de depressão, percepção da saúde mental e apoio institucional. A amostra foi composta por estudantes regularmente matriculados no curso de Ciências Biológicas da UEMA – Campus Paulo VI. A participação foi voluntária e anônima, assegurando o sigilo das informações. Os dados foram analisados de forma descritiva, com base em frequências absolutas e relativas, organizadas em gráficos e tabelas para melhor interpretação dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa evidenciou que a maioria dos estudantes se encontra em faixa etária jovem (predominantemente entre 22 e 27 anos) e que 70% precisaram se mudar de município para cursar a graduação, o que pode contribuir para sentimentos de isolamento e vulnerabilidade emocional. Esse deslocamento já foi apontado em outros estudos como fator de risco para sofrimento psíquico entre universitários (Girardi & Martins-Borges, 2017). No que se refere à saúde mental, os resultados são alarmantes: 90% dos estudantes afirmaram ter se sentido deprimidos no último mês e 80% avaliaram sua saúde mental como regular ou ruim. Esses índices são superiores

aos encontrados em estudos nacionais com populações universitárias (Ibrahim *et al.*, 2013; Lopes & Nihei, 2021), sugerindo um cenário de maior fragilidade entre os participantes deste estudo. Os hábitos de vida mostraram-se intimamente relacionados a esse quadro: 40% dos estudantes dormem menos de 6 horas por noite, e 70% avaliam a qualidade do sono como apenas regular. Somado a isso, 70% classificaram sua alimentação como regular e apenas 10% como muito boa. A literatura destaca que padrões de sono inadequados e alimentação pobre estão diretamente associados ao aumento de sintomas depressivos e ansiosos, bem como à queda no desempenho acadêmico (Curcio *et al.*, 2006; Solomou *et al.*, 2024). Quanto ao suporte institucional, 60% reconheceram que a universidade promove ações de saúde mental, mas 40% afirmaram não perceber tais iniciativas. Além disso, metade dos estudantes relatou ausência de preocupação dos professores/orientadores com seu bem-estar psicológico. Esses dados reforçam a percepção de insuficiência no apoio psicossocial, situação comum em universidades públicas brasileiras (Morais *et al.*, 2021) Por fim, destaca-se que todos os participantes (100%) reconheceram a influência direta da saúde mental sobre o rendimento acadêmico, o que está em consonância com estudos internacionais que associam sintomas depressivos a queda de desempenho e maior risco de evasão universitária (Chu *et al.*, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os resultados revelam que fatores como deslocamento territorial, hábitos de vida inadequados e fragilidade no suporte institucional contribuem para altos índices de sofrimento psíquico entre os estudantes investigados. Isso aponta para a necessidade urgente de políticas institucionais mais eficazes de promoção e cuidado em saúde mental no ensino superior.

REFERÊNCIAS

CHU, T.; LIU, X.; TAKAYANAGI, S.; MATSUSHITA, T.; KISHIMOTO, H. Association between mental health and academic performance among university undergraduates: The interacting role of lifestyle behaviors. **International Journal of Methods in Psychiatric Research**, v. 32, n. 1, e1938, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1002/mpr.1938>.

CURCIO, G.; FERRARA, M.; DE GENNARO, L. Sleep loss, learning capacity and academic performance. **Sleep Medicine Reviews**, v. 10, n. 5, p. 323–337, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.smrv.2005.11.001>.

GIRARDI, J. de F.; MARTINS-BORGES, L. Dimensões do sofrimento psíquico em estudantes universitários estrangeiros. **Psico**, v. 48, n. 4, p. 256–263, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2017.4.26143>.

IBRAHIM, A. K.; KELLY, S. J.; ADAMS, C. E.; GLAZEBROOK, C. A systematic review of studies of depression prevalence in university students. **Journal of Psychiatric Research**, v. 47, n. 3, p. 391–400, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2012.11.015>.

LOPES, A. R.; NIHEI, O. K. Depression, anxiety and stress symptoms in Brazilian university students during the COVID-19 pandemic: Predictors and association with life satisfaction, psychological well-being and coping strategies. **PLOS ONE**, v. 16, n. 10, e0258493, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0258493>.

MORAIS, M. G.; SILVA, I. M. A. O.; VERSIANI, E. R.; SILVA, C. C. G.; MOURA, A. S. de. Mental health support services for medical students: a systematic review. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 45, n. 2, e071, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.2-20200428.ING>.

REED, G. M. What's in a name? Mental disorders, mental health conditions and psychosocial disability. **World Psychiatry: Official Journal of the World Psychiatric Association (WPA)**, v. 23, n. 2, p. 209–210, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1002/wps.21190>.

SOLOMOU, S.; ROBINSON, H.; PEREZ-ALGORTA, G. The association of diet quality with the mental health of students during their transition to university. **PLOS ONE**, v. 19, n. 10, e0312123, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0312123>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World mental health report**. Geneva: World Health Organization, 2022.



Linguagem híbrida: como atrair o educando por meio de didáticas interativas em aulas de língua portuguesa

WILEANE SILVA ALMEIDA CUNHA

UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA

RUTH FERREIRA DA SILVA

UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA

CARLIANE MIRANDA CARNEIRO AGUIAR

UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA

INTRODUÇÃO

A linguagem híbrida é a combinação de elementos verbais e não verbais para uma comunicação eficaz e clara. A utilização dela se torna algo indispensável para a interação entre docentes e discentes, uma vez que a falta de compreensão e envolvimento da linguagem híbrida em sala de aula implicará em um dos elementos que ocasionarão desinteresse e defasagem na aprendizagem. Para tanto, tomamos partido da seguinte questão problematizadora: Como a utilização da linguagem híbrida em aulas de Língua Portuguesa pode favorecer a interação entre professores e alunos e superar as limitações das metodologias tradicionais ainda predominantes no ensino médio? Com a intenção de obtenção de respostas ao questionamento, fez-se necessário a aplicação de um questionário aos estudantes do ensino médio que foi realizado em 2023, e da reflexão teórica de diversos autores, entre eles Camargo e Daros (2018), especialistas em metodologias ativas e inovação pedagógica, sugerimos durante a pesquisa 13 métodos baseados no livro *A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo*. O estudo justifica-se, então, por buscar compreender a relevância de tornar as aulas de Língua Portuguesa mais dinâmicas e interativas, superando o tradicionalismo ainda

predominante, com a utilização da linguagem híbrida. Com o resultado, tornou-se essencial repensar as estratégias didáticas, adotando o uso da linguagem híbrida como meio de aproximar o ensino da realidade dos educandos.

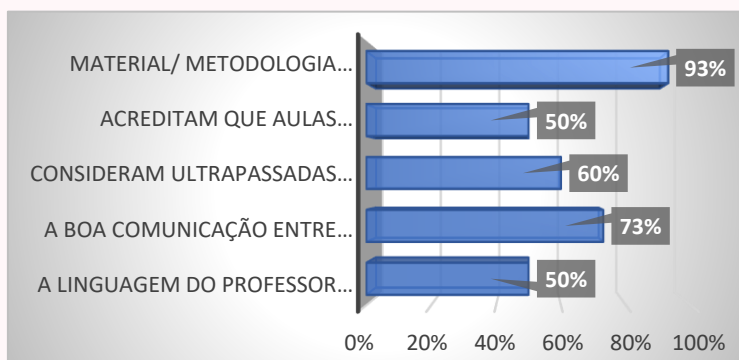
METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter tanto qualitativo, tanto quantitativo, ou seja, mista, através de um estudo analítico, ancorado em autores como Costa (2012), Cótica e Seide (2013), Camargo e Daros (2018), Schelles (2008), dentre outros. Para a constituição do corpus, foi realizada uma pesquisa de campo em 2023, com 30 alunos do turno matutino da escola Centro de Ensino Padre Anchieta (CEPA) - Presidente Dutra - MA, na faixa etária entre 14 e 17 anos, das seguintes turmas, 1º ano “101”, 2º ano “201” e 3º ano “302”. Assim, houve a aplicação de um questionário com cinco questões, que é fonte e instrumento para a construção das análises e obtenção dos resultados, as respostas demonstraram a percepção dos educandos sobre metodologias ativas, métodos tradicionais e a relação entre professor e aluno.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados trouxeram elementos importantes sobre o aprendizado dos discentes. Foi identificada a prática de métodos tradicionais que ainda perduram nas aulas de língua portuguesa. A renovação de alguns métodos faz-se necessária, então, selecionamos o uso da linguagem híbrida como estratégia para promover a participação dos estudantes nas aulas de Língua Portuguesa, considerando os desafios e as possibilidades dessa prática no ambiente escolar contemporâneo. Além disso, concomitante ao pensamento de Schelles (2008) que discorre sobre a comunicação

que envolve tanto a linguagem verbal quanto a não verbal, que devem estar em harmonia para garantir uma troca clara e coerente, logo a linguagem mista se torna indispensável ao processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, foram discutidas e selecionadas sugestões desses métodos na construção da pesquisa, em que 13 estratégias descritas como inovação didática de acordo com o livro *A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo* (2018) de Fausto Camargo e Thuinie Daros como: Debate inteligente, “Storytelling”/Contar de histórias, utilização da Linguagem Híbrida em dinâmicas, Passa ou Repassa acadêmico, a análise de todos os fatores ou ideias (ATF/I), Jogos Pedagógicos, aplicativos virtuais, mapas mentais, dentre outros. Esses métodos têm como resultado, a integralidade e compreensão abrangente da sala de aula como um todo e como afirma Camargo e Daros (2018, p.12): O grande desafio deste momento histórico é a prática de metodologias que possibilitem uma práxis pedagógica capaz de alcançar a formação do sujeito criativo, crítico, reflexivo, colaborativo, capaz de trabalhar em grupo e resolver problemas reais. As metodologias ativas de aprendizagem desenvolvem-se nesse contexto, como alternativa necessária a essa finalidade. (Camargo; Daros, 2018, p. 12). Observemos o gráfico que é resultado geral do questionário aplicado:



Fonte: Elaboração das pesquisadoras.

Diante disso, o questionário aponta que 93% dos alunos responderam que os materiais utilizados em aulas normalmente são apostilas e o livro didático, o que podemos observar que não há diversificação de métodos didáticos, o que ainda predomina o tradicionalismo. Ademais, 50% acreditam que aulas interativas e com metodologias ativas promove a compreensão do assunto abordado em sala, acompanhado a um percentual de 60% que consideram ultrapassadas algumas formas de ensino que são utilizadas ainda nas aulas de língua portuguesa. Logo, pode-se observar o interesse pela maioria dos discentes entrevistados em práticas pedagógicas mais dinâmicas e interativas, que fogem do tradicionalismo. Além do mais, 73% acreditam que a boa interação entre discentes e mestres é benéfica para um melhor desenvolvimento nas aulas, reafirmando o que Camargo e Daros (2018, p.38) abordaram “(...) a interação positiva com seus professores é uma das principais fontes para gerar engajamento, aliadas ao desenvolvimento de atividades pedagógicas diferenciadas.” Nessa perspectiva, o diálogo entre alunos e docentes é imprescindível para a participação e desempenho dos educandos somado à diversificação das atividades didáticas. E por último, 50% acreditam que a linguagem do professor deveria ser mais clara e inovadora, conforme a realidade da turma, concomitante ao que Costa (2012) afirmou ao dizer que a aprendizagem dos conteúdos deve acontecer de maneira contextualizada que forme cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Portanto, podemos observar que os resultados apresentaram evidências do anseio dos estudantes por práticas mais ativas e interativas, que saem do habitual, confirmando a necessidade de se repensar o uso dos métodos tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como intuito sugerir métodos ativos capazes de despertar maior participação dos alunos nas aulas de Língua Portuguesa por meio da linguagem híbrida. Os resultados evidenciaram o interesse dos estudantes por práticas mais dinâmicas e interativas, confirmando a necessidade de renovação das metodologias tradicionais. As 13 estratégias didáticas sugeridas podem contribuir para a atuação de professores e futuros educadores, oferecendo caminhos para tornar o processo de ensino e aprendizagem mais significativos. Portanto, este estudo abre espaço para novas investigações sobre a eficácia da linguagem híbrida em diferentes contextos escolares e disciplinas, ampliando o debate sobre inovação pedagógica. Afinal, tornar o aluno um sujeito autônomo, crítico, protagonista e capaz de resolver problemas do cotidiano se torna imprescindível na construção do conhecimento e da cidadania dele. E para isso o aprender deve acontecer de forma significativa.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora-estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Penso Editora, 2018.

CÓTTICA, Angela M.; SEIDE, Márcia S. Análise da interação professor-aluno em aulas tradicionais de Língua Portuguesa. Minas Gerais: **Revista Trama**, v. 9, n. 18, p. 75-92, 2013.

COSTA, Vera Lúcia Pereira. **Função social da escola**. Brasília: Revista em Aberto, n. 44, 2012

SCHELLES, Suraia. A importância da linguagem não-verbal nas relações de liderança nas organizações. Rio de Janeiro: **Revista Esfera**, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2008.



Dualidade da prostituição em “A estrela sobe” de Marques Rebelo

ANA VITÓRIA DA COSTA DA CONCEIÇÃO
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
DOUGLAS RODRIGUES DE SOUSA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA

INTRODUÇÃO

Nesse artigo nos concentramos no romance de Marques Rebelo, *A Estrela Sobe* de 1939 em que realizamos uma análise a partir da questão da prostituição que ganhava força nos centros urbanos brasileiros. Na obra a personagem Leniza Máier, moça pobre e ambiciosa que, encorajada por seu Alberto, um inquilino da casa de sua mãe, D. Manuela, se aventura pelo universo do rádio na esperança de tornar-se uma estrela. Durante o período de publicação da obra de Rebelo, o Brasil vivenciou a popularização do rádio que se tornou mais acessível desde da introdução no país em 1922, nessa fase as emissoras eram vistas com de maneira excludente, e preconceituosa proferindo nas cantoras o estereótipo de “vida fácil” como visto dentro da obra: “Diziam que esse negócio de rádio, lá dentro, era uma pouca-vergonha, uma grossa barulheira” (Rebelo, 2022, p. 123), associavam a profissão popular desse período com a prostituição. Explorando como a narrativa oferece uma análise perspicaz das complexidades da experiência feminina em uma sociedade patriarcal e hierárquica ao examinar as motivações, desafios e aspirações da personagem feminina salientando a relevância social na obra de Rebelo, possibilitando uma reflexão crítica sobre as condições socioeconômicas e culturais que levam mulheres à prostituição.

METODOLOGIA

O objeto de estudo desta pesquisa será a análise do romance *A Estrela Sobe* publicado na década de trinta que aborda a temática da prostituição no ambiente do rádio. O enfoque deste trabalho será analisar como o escritor Marques Rebelo retratara a figura da prostituta em seu romance e de que maneira essa mulher era tratada nesse período da sociedade. O trabalho de investigação, portanto, concentrará na leitura crítica, quantitativa e analítica da obra fundamentada em pressupostos teóricos de autores com Margareth Rago (2009), Beauvoir (2016), Del Priore (2009), Calabre (2004), Ceccarelli (2008), Moraes (2014), Queiroz (2016) Scaramella (2007), e Bosi (2006), outros que também foram usados para nortear o percurso interpretativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisamos o romance de Marques Rebelo, *A Estrela Sobe* de 1939, essa pesquisa faz parte de um projeto maior, conta com a catalogação da prostituta na literatura brasileira dos anos de 1920 a 1950. Tendo em vista que a prostituta não é apenas aquela que vende o seu corpo, mas também as moças que perderam sua virgindade fora de um casamento. A obra de Rebelo apresenta a prostituta como protagonista, tenta-se desvendar Leniza Máier, uma moça pobre e ambiciosa aspirante a artista nos anos 1930/1940. Encorajada por Seu Alberto, um inquilino na casa de pensão de sua mãe Dona Manuela, que na trama apesar de atuar de maneira secundária, é o vínculo da protagonista com a moral familiar. A jovem se relaciona com Mário Alves, homem casado com qual perde a virgindade na intenção de ser apresentada a alguém que possa conduzir uma carreira no rádio, nesse relacionamento é apresentada a Porto e é inserida na Rádio Metrópolis uma transmissora em decadência. Ao longo do romance,

Leniza muda de emissora, a Continental, através desse relacionamento com outro amante, Amaro, um fabricante de calçados, Leniza passa a representar o contraste da mulher fora do ambiente familiar em contraponto com sua mãe, resignada a casa. O desejo de ascensão social levava a venda do corpo não se prendendo em suas relações nem aos empregos, apresentando um comportamento que desviava da ordem e da ordem moral conquistando a liberdade conforme as palavras de Beauvoir (2016, p. 185): “O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não o sê-lo”. Esse comportamento é como uma válvula de escape, uma maneira de conquistar certa independência, uma autonomia financeira. Mas o desprezo por si mesmo não permaneceu por muito tempo a ascensão de sua carreira era marcada pelo abandono de seus valores, Leniza se via fingindo ser o que não era, gastando mais do que ganhava necessitando de novos amantes para sustenta-se. Leniza apresenta uma semelhança com a cidade do Rio de Janeiro com as influências da urbanização acelerada. A mudança que ocorre de Leniza para outro ambiente, não é tão expressivo, geograficamente falando, mas para como o novo tipo de moradia, os apartamentos, que no fim da década de 30 representava a modernidade e a verticalização das cidades, e acrescenta na personagem um distanciamento do local de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visualizamos os aspectos da ficção de Marques Rebelo dentro do romance de 30 especialmente no romance urbano, que fora secundário durante a segunda fase do modernismo, onde o regionalismo nordestino ganhava popularidade. A tema da obra examinada repousa no contexto histórico e social do Rio de Janeiro

no ápice da Era do rádio. No romance de Rebelo identificamos personagens que seguem as regras impostas socialmente enquanto existem mulheres que rompem com esse modelo patriarcal utilizando do corpo como mercadoria em prol da rejeição ao casamento e maternidade em busca da independência financeira. Portanto, a partir das análises e resultados obtidos, considera-se que esta investigação de cunho qualitativo, pode alcançar estudos e vistorias mais amplas, dando espaço para a valorização de obras e autores brasileiros que foram relegados ao ostracismo.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (Brasil). **ABL – Membros**. Disponível em: http://www.academia.org.br/academicos/membrostitle=&field_cadeira_value=9&field_cadeira_posicao_value=All Acesso em: 21 fev. de 2025.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004

CECCARELLI, Paulo Roberto. Prostituição – corpo como mercadoria. *Mente & cérebro – Sexo*, São Paulo, v. 4, ed. **Especial**, p. 1-14, dez. 2008.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia. 2. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

REBELO, Marques. **A estrela sobe**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2022.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré Ao Lar**: A Utopia da Cidade Disciplinar e a Resistência Anarquista (1890-1930). São Paulo: Paz & Terra, 1985.

SCARAMELLA, Renata R. **Marques Rebelo**: um modernista carioca e esquecido. Rio de Janeiro: 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ, Instituto de Letras.

SEVCENKO, Nicolau. A Capital Irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: ____ (org.). **História da vida privada no Brasil**. 4 ed. Companhia das letras: São Paulo, 2001, v.3, p. 513-619.



A literatura negra no cotidiano educacional: uma análise da efetividade da Lei 10.639/2003

EMILLYA GABRIELLY MUNIZ SAMPAIO
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
MISAEL DOS SANTOS LEITE
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
LAIZE OLIVEIRA SILVA
UEMA – CAMPUS COLINAS

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, tornou-se obrigatória a inserção da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica. No entanto, ainda se percebe nas salas de aula do Ensino Básico, a carência de práticas pedagógicas que efetivamente garantam a aplicação da legislação. Nesse contexto, a literatura negra feminina surge como uma área rica para a promoção da educação antirracista, o reconhecimento da diversidade cultural e o fortalecimento da representatividade negra no espaço escolar. A literatura negra feminina representa uma forma de resistência, expressão cultural e valorização da identidade afro-brasileira, revelando a trajetória e as lutas históricas marcadas pela marginalização e pela exclusão social (Borges, 2009). Segundo Bhabha (1999), mesmo diante de séculos de apagamento, autoras negras conseguiram imprimir na literatura suas vivências, subjetividades e visões de mundo, contribuindo para a construção de uma narrativa plural sobre o Brasil. O presente trabalho tem como base a experiência desenvolvida no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Presidente Dutra, onde foi criado um clube de leitura afro-literário destinado a fomentar discussões sobre a presença e o papel das mulheres negras na literatura brasileira. A

iniciativa busca não apenas promover o hábito da leitura, mas também possibilitar reflexões críticas sobre o racismo estrutural e o preconceito de gênero, articulando a prática literária à formação cidadã e à efetividade da Lei nº 10.639/2003.

METODOLOGIA

O presente trabalho, realizado no Instituto Federal do Maranhão, Campus Presidente Dutra, com alunos do 1º ano do Ensino Médio, constituiu-se na implementação de um clube do livro composto por encontros mensais, realizados entre os meses de julho a dezembro de 2024. O processo de seleção dos participantes ocorreu mediante inscrição voluntária, por meio de formulário eletrônico, com 40 vagas disponíveis no turno matutino. Cada estudante recebeu material de apoio constituído da obra literária *Insubmissas lágrimas de mulheres*, da autora Conceição Evaristo, caderneta de anotações, marcadores de página, canetas e pasta. Após as leituras, foram promovidos debates orientados, nos quais os discentes puderam discutir temáticas como identidade, racismo, gênero e resistência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que o clube de leitura foi uma experiência pedagógica enriquecedora e transformadora. Dessa forma, os discentes demonstraram significativo engajamento nas discussões e passaram a reconhecer a relevância das mulheres negras na formação cultural e literária do Brasil.

Figura: Momentos de discussão e reflexão nos encontros



Fonte: Autores, 2024

As análises e debates permitiram aos participantes desenvolverem uma visão mais crítica sobre o racismo estrutural, a desigualdade de gênero e a necessidade de representatividade nos espaços educacionais. Além disso, observou-se maior interesse dos alunos pela leitura, fortalecimento da autoestima entre estudantes negros e ampliação do diálogo sobre diversidade no ambiente escolar. Tais efeitos reforçam que a literatura negra atua como espaço de resistência, de reconstrução identitária e de empoderamento. Assim, ela se torna um instrumento fundamental para a efetivação da Lei nº 10.639/2003, ao promover o reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O clube de leitura afro-literário desenvolvido no IFMA/Campus Presidente Dutra demonstrou que a literatura negra é uma prática pedagógica eficaz para promover o ensino da cultura afro-brasileira e consolidar uma educação antirracista. A iniciativa proporcionou um espaço de diálogo, reflexão e valorização das vozes negras, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel social. Assim, reafirma-se que a implementação de projetos como este é essencial para o cumprimento dos princípios

estabelecidos pela Lei nº 10.639/2003, fortalecendo o compromisso das instituições de ensino com a diversidade, a equidade e o combate ao racismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso abr. 2024.

BORGES, R. S. C. **Sueli Carneiro: Retratos do Brasil Negro.** São Paulo: Selo Negro, 2009.

BHABHA, H. K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres.** Belo Horizonte: Nandyala, 2011.



Proteção jurídica de crianças e adolescentes no direito do trabalho e os impactos do trabalho artístico e da atividade de influenciadores mirins

**JEFFERSON GREIKI DA SILVA OLIVEIRA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
JORGE CLEBER PEREIRA DA SILVA
INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO
LARISSA ARAÚJO SANTANA DE MORAES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO MEMORIAL ADELAIDE FRANCO
LEANDRO MATEUS MARTINS DE SOUSA
FACULDADE 19 EDUCAÇÃO**

INTRODUÇÃO

O trabalho artístico infantil cresce com a participação de crianças em produções midiáticas e redes sociais, mas carece de regulamentação específica, já que a Lei nº 6.533/1978 trata apenas da profissão de artista adulto. Apesar do aparente glamour, essa atividade pode trazer prejuízos ao desenvolvimento físico, psicológico e social, diante da pressão por resultados e da fragilidade dos mecanismos de proteção. Ademais, a exposição precoce ao mercado de trabalho pode comprometer a formação educacional e a convivência familiar, impondo sacrifícios que repercutem ao longo da vida. Nesse contexto, o papel das empresas e dos responsáveis torna-se crucial, devendo priorizar ambientes seguros e respeito à dignidade infantil. Torna-se, assim, necessária a revisão da legislação e a criação de instrumentos eficazes para garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes expostos a esse tipo de trabalho.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida adota o método bibliográfico, com base em obras doutrinárias, trabalhos acadêmicos e legislação brasileira. Segundo Lakatos e Marconi (2022), o método bibliográfico permite a delimitação de critérios claros e objetivos, assegurando rigor e coerência ao estudo científico. Dessa forma, a investigação estrutura-se na coleta, sistematização e interpretação crítica das contribuições doutrinárias e jurisprudenciais, possibilitando a construção de um quadro analítico consistente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo 2º, inciso I, da Lei nº 6.533/1978 conceitua a profissão de artista como aquele que “cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação em massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública”. Essa legislação disciplina detalhadamente o trabalho artístico adulto, mas não contempla, de forma específica, a participação de crianças e adolescentes nesse tipo de atividade. Nesse contexto, entende-se por trabalho artístico infantil as atividades remuneradas desempenhadas por crianças e adolescentes que ainda não atingiram a idade mínima para o trabalho formal, fixada em 16 anos no Brasil, considerando-se que não há regulamentação de aprendizagem para essa modalidade. Cavalcante (2012, p. 47) observa que a vida de luxo e glamour constantemente exibida pela mídia, por meio de atores, jogadores e cantores, exerce fascínio sobre as crianças, que passam a idealizar tal estilo como modelo de sucesso. Esse imaginário também motiva muitos pais, que investem tempo e recursos em testes e ensaios fotográficos, na expectativa de inserirem os filhos nesse universo,

incluindo-se aqui os chamados influenciadores mirins. O estudo da organização desse segmento demonstra que a participação infanto-juvenil assume natureza laboral, sem que haja adaptações adequadas às necessidades do artista mirim. Essas relações são marcadas por pressão, competição e vaidade, sendo os próprios responsáveis conscientes dos riscos envolvidos. Não raras vezes, a legislação é descumprida, seja pela ausência de alvarás judiciais, seja pela dificuldade de acompanhamento integral das crianças em testes, gravações e apresentações (Cavalcante, 2012, p. 6). No Brasil, inexistente regulamentação específica sobre o trabalho artístico infantil. A legislação vigente é fragmentada e atribui ao Judiciário a análise subjetiva das condições em que a atividade pode ser autorizada. Em razão disso, são frequentes as violações a direitos fundamentais de crianças e adolescentes, muitas vezes silenciadas pelos pais, receosos de perder contratos financeiramente vantajosos. Esse cenário potencializa prejuízos ao desenvolvimento integral e à formação da personalidade dos menores. A autorização para o trabalho artístico de crianças e adolescentes é de competência das Varas da Infância e da Juventude, mediante expedição de alvará para participação em eventos. Todavia, inexistente exigência legal de autorização judicial para campanhas publicitárias ou para atividades desempenhadas nas redes sociais, realidade que amplia a inserção dos influenciadores mirins sem mecanismos eficazes de proteção. Ainda que pouco discutido, o trabalho artístico infantil impacta intensamente a vida dos envolvidos. Lacombe (2011), ao atuar como psicóloga em programas televisivos que contavam com a participação de crianças, verificou que as equipes de produção exigiam dos menores os mesmos resultados e jornadas dos adultos. Em sua análise, identificou duas vertentes: a criança enquanto público e a criança enquanto profissional da arte. Os efeitos sobre a saúde biopsicossocial dos artistas mirins são expressivos. Cavalcante (2012, p. 45) aponta consequências como baixa autoestima, elevação da

autocrítica, distúrbios alimentares e do sono, ansiedade, afastamento de compromissos familiares e escolares, queda no rendimento acadêmico, dificuldades nas relações de amizade, além de problemas físicos, estresse, abusos e exaustão. Esses impactos se mostram mais frequentes no meio publicitário do que nas produções teatrais e televisivas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2001, p. 16) adverte que as consequências psicológicas e emocionais podem marcar permanentemente a vida da criança, afetando seus vínculos afetivos “em razão das condições de exploração a que estiveram expostas e dos maus-tratos que receberam de patrões e empregadores”. Tais constatações reforçam a necessidade de reflexão crítica acerca da exposição e da cobrança midiática imposta a menores, seja em produções televisivas, seja na internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constatou que o trabalho artístico infantil, embora socialmente aceito, pode comprometer o desenvolvimento de crianças e adolescentes, impondo pressões emocionais, sacrifícios pessoais e riscos à saúde. A prática de autorizações judiciais prolongadas transforma em regra o que deveria ser exceção, contrariando a vedação constitucional ao trabalho de menores de 14 anos. Além disso, a regulamentação esparsa da CLT, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de leis específicas mostra-se insuficiente, carecendo de parâmetros claros sobre jornada e condições adequadas. Assim, verifica-se a necessidade de legislação própria e fiscalização efetiva para assegurar a proteção integral e o desenvolvimento saudável dos jovens artistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943.** Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Brasília: Editora Senado, 2025.

BRASIL. **Lei 6.533/1978, de 24 de maio de 1978.** Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6533.htm. Acesso em 10 set. 2025.

CARDIN, Valéria Silva Godinho; GUERRA, Marcela Gorete Rosa Maia. Da utilização da imagem da criança em produções artísticas e publicitárias. **Revista Jurídica Cesumar** – Mestrado, Maringá, v. 14, n. 1, p. 185-210, jan./jun./2014.

CAVALCANTE, Sandra Regina. **Trabalho artístico na infância:** estudo qualitativo em saúde do trabalhador. 229 f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-25052012-141746. Acesso em: 24 set. 2025.

LACOMBE, Renata Barreto. **A infância dos bastidores e os bastidores da infância:** uma experiência com crianças que trabalham em televisão. 133 f. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011. Acesso em: <http://www.fnpeti.org.br/arquivos/biblioteca/b94be38d5c4f7e07331f153202ddobb3.pdp>. Aceso em: 23 set. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2022.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Combatendo o trabalho infantil:** guia para educadores. OIT: Brasília, v. 1, p. 16, 2001.

SILVA, Derly Mauro Cavalcante da Silva. **Lições práticas de Direito do Trabalho.** 1. ed. Rio de Janeiro: RL Editora LTDA, 2003.



Oportunidades perdidas e possibilidades de recomposição do dano: aplicabilidade da teoria da perda de uma chance segundo a legislação, a doutrina e a jurisprudência brasileira

JEFFERSON GREIKI DA SILVA OLIVEIRA

UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA

JORGE CLEBER PEREIRA DA SILVA

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO

LARISSA ARAÚJO SANTANA DE MORAES

FACULDADE DE EDUCAÇÃO MEMORIAL ADELAIDE FRANCO

LEANDRO MATEUS MARTINS DE SOUSA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

A responsabilidade civil no Brasil visa à reparação de danos, podendo assumir forma subjetiva, quando exige prova de culpa, ou objetiva, quando prescinde desse requisito. Nesse contexto, a teoria da perda de uma chance surgiu para contemplar hipóteses em que não há perda de bem certo, mas de uma oportunidade séria e real de obter vantagem ou evitar prejuízo. De origem francesa, a teoria foi incorporada pela doutrina e jurisprudência nacionais como meio de suprir lacunas da responsabilidade civil tradicional, reconhecendo a indenizabilidade da frustração de expectativas concretas. No Brasil, embora sem previsão legal expressa, o Superior Tribunal de Justiça acolheu em precedentes relevantes, como o caso do programa “Show do Milhão” e em demandas por erro médico, consolidando seu entendimento no Informativo nº 466, que destacou a necessidade de aferição da probabilidade da vantagem perdida para fixação da reparação.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida adota o método bibliográfico, com base em obras doutrinárias, produções e análise jurisprudencial no repositório de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo Lakatos e Marconi (2022), o método bibliográfico permite a delimitação de critérios claros e objetivos, assegurando rigor e coerência ao estudo científico. Dessa forma, a investigação estrutura-se na coleta, sistematização e interpretação crítica das contribuições doutrinárias e jurisprudenciais, possibilitando a construção de um quadro analítico consistente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A teoria da perda de uma chance surge da privação da oportunidade de obtenção de um benefício ou vantagem futura, cuja reparação fundamenta-se na conjugação entre probabilidade e certeza. Exige-se, portanto, a probabilidade de que o ganho poderia ter ocorrido, caso a chance não tivesse sido perdida, e a certeza de que a frustração dessa oportunidade gerou prejuízo. Segundo Carnaúba (2013), a perda de uma chance pode ser compreendida como técnica decisória criada pela jurisprudência francesa para suprir as limitações da responsabilidade civil diante das lesões a interesses de natureza aleatória. Nessa perspectiva, a reparação desloca seu foco da vantagem futura, incerta e intangível, para a própria chance frustrada, a qual passa a ser considerada o objeto da reparação. Na mesma linha, Tartuce (2025) assinala que “a perda de uma chance está caracterizada quando a pessoa vê frustrada uma expectativa, uma oportunidade futura que, dentro da lógica do razoável, ocorreria se as coisas seguissem o seu curso normal”. Para que haja a possibilidade de indenização, a perda da chance deve ser real e séria, não bastando a mera expectativa. Nesse sentido, Gonçalves (2025) observa que a

mera possibilidade não é indenizável, sendo necessário que a chance apresente consistência e efetividade para se inserir no âmbito do dano ressarcível. A teoria da perda de uma chance aplica-se, portanto, apenas aos casos em que o dano seja atual e concreto, dentro de um juízo de probabilidade, não se confundindo com a mera possibilidade. Noronha (2013, p. 671) acrescenta que o dano decorrente da perda de uma oportunidade será reparável quando for possível aferir o grau de probabilidade de alcance da vantagem esperada ou, inversamente, o grau de probabilidade de evitar determinado prejuízo. Esse grau de probabilidade servirá de parâmetro para a quantificação da indenização. No ordenamento jurídico brasileiro, a teoria da perda de uma chance não possui previsão legal expressa, mas foi amplamente acolhida pela doutrina e pela jurisprudência. Sua consolidação deu-se, em grande medida, a partir de 2005, no conhecido caso do programa “Show do Milhão”. Na ocasião, a participante, após responder corretamente às 25 perguntas iniciais, foi prejudicada pela formulação incorreta da questão final, que não possuía alternativa correta. Diante disso, foi-lhe inviabilizada a oportunidade de conquistar o prêmio de R\$ 1.000.000,00. A demanda foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, que reconheceu a aplicação da teoria da perda de uma chance, considerando que a pergunta final do programa carecia de lógica, o que levou a participante ao erro e impediu seu êxito na resposta, frustrando, assim, a probabilidade objetiva de acréscimo patrimonial (Brasil, 2006, p. 20). Outro caso de grande repercussão envolveu o médico Márcio Antônio Arantes, acusado de erro médico pelos pais da jovem Maria Fernanda. Após ser atendida e medicada no Pronto-Socorro de Penápolis-SP, a paciente foi liberada para casa em razão de aparente melhora momentânea, vindo a falecer horas depois em decorrência de acidente vascular cerebral hemorrágico. Ao apreciar o recurso, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que a teoria da perda de uma chance pode ser utilizada como critério para a apuração da

responsabilidade civil. Contudo, no caso em análise, reconheceu-se que a perda de uma chance de saúde da paciente era remota e improvável, não configurando erro médico indenizável, sobretudo diante do fato de que o falecimento decorreu de evento raro e extraordinário ligado à ciência médica. Assim, o recurso especial interposto pelo médico foi provido, enquanto o apresentado pelos genitores restou prejudicado (Brasil, 2018, p. 50).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria da Perda de uma Chance consiste na reparação civil da vítima que teve frustrada oportunidade real de obter um benefício ou evitar prejuízo, impondo ao causador a indenização pecuniária proporcional ao dano. Sua aplicação exige a presença de conduta, nexos causal e dano efetivo, abrangendo tanto a esfera patrimonial quanto a extrapatrimonial. A jurisprudência tem reconhecido sua incidência em situações como cancelamentos de voos, erro médico e responsabilidade estatal. Embora sem previsão legal expressa, a teoria é amplamente aceita por doutrina e tribunais, consolidando-se como orientação jurisprudencial relevante e instrumento de pacificação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça – STJ. **Recurso Especial n. 1.662.338-SP**, rel. min. Nancy Andrichi, 3ª Turma, j. 12/12/2017, DJe 02/02/2018. Disponível em:

[https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/549823032/recurso-especialresp-1662338-](https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/549823032/recurso-especialresp-1662338-sp-2015-0307558-0/inteiro-teor-549823060ref=juris-tabs)

[sp-2015-0307558-0/inteiro-teor-549823060ref=juris-tabs](https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/549823060ref=juris-tabs). Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 788.549**. 4ª Turma. Relator Ministro Fernando Gonçalves. Data do Julgamento 08/11/2005, T4 – QUARTA TURMA. Data da Publicação: 13/03/2006, p 334. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/7173792/recurso-especial-resp-788459-ba-2005-0172410-9>. Acesso em 29 set. 2025.

CARNAÚBA, Daniel Amaral. **Responsabilidade civil pela perda de uma chance**. 1. ed. São Paulo: Método, 2013. (Coleção Rubens Limongi, v. 13).

GONÇALVES, Carlos Roberto; LENZA, Pedro. **Direito Civil: Responsabilidade civil, Direito da Família, Sucessões**. v. 3. Coleção Esquematizado. 12. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2025.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Obrigações. 19. ed. Salvador: **JusPodivm**, 2025. V. 2.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2022.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil**. São Paulo: Método, 2025. V.2.



O niilismo na obra *O estrangeiro* de Albert Camus: a partir de Friedrich Nietzsche e Gilles Lipovetsky

**INGRYD ALVES DA COSTA
UEMA – PRESIDENTE DUTRA
LUCIANO BRANDÃO MARQUES
UEMA – PRESIDENTE DUTRA**

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise interdisciplinar entre filosofia e literatura para compreender as expressões do niilismo moderno e pós-moderno, tomando como objeto de estudo o romance *O Estrangeiro*, de Albert Camus. A partir dos fundamentos teóricos de Friedrich Nietzsche e Gilles Lipovetsky, busca-se interpretar o comportamento de Meursault como símbolo do homem niilista — aquele que vive o esvaziamento de valores e a ausência de sentido existencial. O foco da análise recai sobre o romance *O Estrangeiro* (1942), de Albert Camus, cuja narrativa é centrada em Meursault, um homem marcado pela indiferença. Essa apatia é notada logo na abertura da obra, onde ele reage à morte da mãe com frieza: “Hoje, mamãe morreu. Ou talvez ontem, não sei bem.” (Camus, 2019, p. 13). A obra resume-se à vida desse protagonista em Argel, que demonstra total desinteresse por eventos cruciais – a morte de sua mãe e, posteriormente, o assassinato de um árabe (Camus, 2019, p. 64). Meursault age sem remorso ou reflexão, sendo condenado não pelo crime em si, mas pela sua incapacidade de se adequar às normas de luto e moral da sociedade. Em *A Gaia Ciência*, Nietzsche diagnostica o niilismo como a doença do espírito moderno, marcada pela “morte de Deus” e pela conseqüente crise de sentido. Camus, por sua vez, radicaliza essa condição ao apresentar um personagem que vive o

absurdo da existência. Já em *A Era do Vazio*, Lipovetsky descreve o niilismo leve e apático da pós-modernidade, no qual o indivíduo, mesmo consciente do vazio, continua vivendo por inércia e superficialidade. Nesse contexto, a obra *O Estrangeiro* de Camus expressa o drama central do niilismo: o peso de existir sem compreender o porquê, o conflito entre o desejo de viver e a incapacidade de lidar com a vida. É na aceitação final do Absurdo que o niilismo se revela como libertação e fardo: Meursault se abre para “a terna indiferença do mundo” (Camus, 2019, p. 126). Assim, o objetivo deste trabalho é analisar a manifestação do niilismo na sociedade moderna e pós-moderna, utilizando o romance de Camus à luz das referidas teorias filosóficas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva. O estudo se baseou na análise das obras: a teoria da ‘Morte de Deus’ de Nietzsche (*A Gaia Ciência*), a sociologia da indiferença de Lipovetsky (com foco nos capítulos 2 e 4 de *A Era do Vazio*) e o romance Camus (*O Estrangeiro*). Os procedimentos utilizados foram: I. Leitura e análise das obras. II. Identificação do personagem Meursault como um exemplo de apatia, indiferença e ausência de paixão, que se alinham à lógica do niilismo passivo (Nietzsche) e do individualismo hedonista (Lipovetsky). É fundamental citar a importância da pesquisa bibliográfica como etapa inicial de qualquer investigação científica. Como afirmam Gautério e Rodrigues (2002), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise demonstram que o niilismo, definido como “vazio” ou “nada”, é o eixo central que conecta a teoria à ficção. O estudo revela que o protagonista Meursault é a síntese do niilismo filosófico, expressando a transição entre o moderno e o pós-moderno. Niilismo Nietzscheano e a Ausência de Valores: o niilismo em *O Estrangeiro* é interpretado como a consequência direta da decadência cultural diagnosticada por Nietzsche. A indiferença de Meursault perante o crime e o luto manifesta o colapso dos valores morais após a ‘Morte de Deus’. O personagem vive um ateísmo declarado e demonstra uma quase ausência de reflexão interna, personificando o niilismo passivo (a aceitação da falta de sentido). Niilismo Pós-Moderno e o Hedonismo: a análise crítica aponta que Meursault antecipa o homem pós-moderno descrito por Lipovetsky. Sua subordinação aos prazeres imediatos (hedonismo) e sua frieza se alinham ao individualismo hedonista e ao vazio da sociedade contemporânea. O crime é impulsionado por fatores externos, como o calor e o sol, reforçando a ideia de uma ação absurda e sem motivação racional, conectando-se à apatia pós-moderna. Implicação da Literatura: a obra de Camus não apenas reflete o niilismo; ela o intensifica, transformando o conceito filosófico em uma experiência existencial prática. Conclui-se que a literatura e a filosofia são instrumentos de resistência e fundamentais para o diagnóstico do “mal do século” e para a compreensão da condição humana contemporânea.

REFERÊNCIAS

CAMUS, Albert. **O Estrangeiro**. Tradução de Valerie Rumkanek. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GAUTÉRIO, Vanda Leci Bueno; RODRIGUIS, Sheyla Costa. **Ressignificando aprendizagem matemáticas**. [Seminário Internacional de Educação Matemática do Rio Grande do Sul], 2002.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Tradução de Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri: Manole, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Gaia Ciência**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



Cuidados de enfermagem à pessoa com doença renal crônica em hemodiálise: uma revisão narrativa

ANDRESSA SOUSA LEITE DE ARAUJO

UEMA – CAMPUS COLINAS

ROMILSON DE ALMADA MOREIRA

UEMA – CAMPUS COLINAS

FÁBIO VINÍCIUS FERREIRA SILVA

UEMA – CAMPUS COLINAS

INTRODUÇÃO

A Doença Renal Crônica (DRC) é um relevante problema de saúde pública, caracterizado pela perda progressiva e irreversível da função renal, afetando cerca de 10% da população mundial (Barrozo *et al.*, 2024; Megda *et al.*, 2024). Na fase avançada, a hemodiálise (HD) é a principal terapia utilizada, garantindo a filtração sanguínea e a manutenção da vida (Santos; Donda, 2023). No entanto, o tratamento impacta dimensões psicobiológicas, sociais e espirituais do paciente (Santos *et al.*, 2023). Nesse cenário, a enfermagem assume papel essencial, integrando cuidados técnicos e apoio emocional. A Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e instrumentos como o Processo de Enfermagem e a Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE), auxiliam no planejamento do cuidado individualizado (Preto; Vieira; Papa, 2024). Porém, limitações de tempo e dificuldade de acesso às evidências científicas dificultam a prática baseada em evidências (PBE) (Pinto *et al.*, 2023). Assim, torna-se necessário refletir sobre a assistência de enfermagem às pessoas em HD.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa de literatura, realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BDENF e LILACS) e no Portal de Periódicos da CAPES. Utilizaram-se os descritores “hemodiálise”, “doença renal crônica” e “cuidados de enfermagem”, combinados com o operador booleano AND. Foram incluídos artigos em português, de texto completo, publicados entre 2023 e 2025. Excluíram-se duplicados, resumos sem acesso completo, estudos de outras áreas da saúde e trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, monografias). Na BVS, dos 1.501 estudos iniciais, restaram 3 após aplicação dos filtros. No Portal CAPES, de 68 publicações, 5 foram incluídas. Assim, a amostra final totalizou 8 artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos destacaram o papel integral da enfermagem na HD, abrangendo monitoramento clínico, cuidados com o acesso vascular, manejo da dor, prevenção de complicações e orientações sobre autocuidado, dieta e restrição hídrica. Além da dimensão técnica, os enfermeiros oferecem apoio emocional, escuta ativa e educação em saúde, fortalecendo a confiança paciente-profissional e favorecendo a adesão terapêutica. A PBE é considerada fundamental para a segurança do cuidado, mas barreiras como falta de tempo e capacitação dificultam sua plena aplicação. Os pacientes ressaltaram a importância da atenção, respeito e acolhimento, reforçando a necessidade de uma assistência humanizada e individualizada. A literatura evidencia que a PBE eleva a qualidade do cuidado em HD (Pinto *et al.*, 2023), mas sua implementação é limitada por dificuldades estruturais e de formação profissional. Além disso, fatores emocionais impactam diretamente a adesão ao tratamento (Santos *et al.*, 2023), sendo o apoio do enfermeiro fundamental para

estimular confiança e engajamento. Os cuidados de enfermagem vão além da técnica, incluindo orientação nutricional, prevenção de infecções e educação em saúde (Barrozo *et al.*, 2024). Tal abordagem confirma a necessidade de assistência holística, integrando dimensões clínicas, educativas e psicossociais. A percepção positiva dos pacientes sobre acolhimento e respeito destaca a importância de uma prática centrada no indivíduo (Porto *et al.*, 2024). Embora os achados sejam relevantes, limitações metodológicas, como amostras locais e heterogeneidade dos estudos, podem restringir a generalização dos resultados. Ainda assim, a síntese evidencia a relevância do enfermeiro como eixo central do cuidado em hemodiálise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A enfermagem é fundamental no cuidado a pacientes em hemodiálise, articulando técnica, evidências científicas e humanização. Apesar dos desafios para implementar a PBE, sua utilização é essencial para qualificar a assistência. Além de monitorar aspectos clínicos, o enfermeiro deve atuar no suporte emocional e educativo, fortalecendo a adesão e a qualidade de vida. Investir em capacitação profissional e ampliar estratégias de suporte à prática baseada em evidências são medidas necessárias para consolidar um cuidado seguro, individualizado e centrado no paciente com DRC.

REFERÊNCIAS

BARROZO, M. A. *et al.* Cuidados de enfermagem para pacientes com insuficiência renal crônica em hemodiálise: uma revisão integrativa. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 5, p. e6889, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.5-170. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/6889>. Acesso em: 27 jul. 2025.

JESUS, B. G.; COSTA, H. P. S. A atuação da enfermagem frente à assistência da pessoa com doença renal crônica em hemodiálise. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 14, n. 10, e12238, 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/12238> . Acesso em: 27 jul. 2025.

MEGDA, R. A. O. *et al.* Cuidados de enfermagem ao paciente com insuficiência renal crônica em hemodiálise. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 10, p. e5969, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N10-018. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/5969>. Acesso em: 27 jul. 2025.

PINTO, A. C. P. *et al.* Enfermagem baseada na evidência: Atitudes e barreiras em contexto de hemodiálise. **Revista de Enfermagem Referência**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1-7, 2023. DOI: 10.12707/RVI22119. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/referencia/article/view/32852> . Acesso em: 27 jul. 2025.

PORTO, D. B. *et al.* Percepção da pessoa com doença renal crônica sobre os cuidados de Enfermagem no tratamento hemodialítico. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 18, n. 1, 2024. DOI: 10.5205/1981-8963.2024.258040. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/258040> . Acesso em: 27 jul. 2025.

PRETO, M. W. F.; VIEIRA, M. F. S.; PAPA, L. P. Assistência de enfermagem no cuidado de pacientes com doença renal crônica. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 12, p. e13004, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.12-313. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/13004> . Acesso em: 27 jul. 2025.

SANTOS, A. M. L.; DONDA, A. C. A importância dos cuidados de enfermagem em pacientes com doença renal crônica (DRC) em tratamento com hemodiálise. **Revista Saúde dos Vales**, v. 6, n. 1, nov. 2023. DOI: 10.61164/rsv.v6i1.1842. Disponível em:

<https://revistas.univassouras.edu.br/index.php/RSV/article/view/1842> . Acesso em: 27 jul. 2025.

SANTOS, I. *et al.* Emotional factors and hemodialysis: nursing and adherence of chronic kidney patientst / Fatores emocionais e hemodiálise: enfermagem e adesão dos pacientes renais crônicos. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 15, p. e-12379, 2023. DOI: 10.9789/2175-5361.rpcfo.v15.12379. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/12379> . Acesso em: 27 jul. 2025.



Gírias da Geração Z e seu funcionamento sintático-semântico

MARIA FERNANDA RODRIGUES TEIXEIRA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
JOANA DARC RODRIGUES DA COSTA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA

INTRODUÇÃO

A linguagem, em constante transformação, reflete as mudanças sociais e culturais de cada época. No contexto digital, as redes sociais tornaram-se espaços privilegiados para o surgimento de novas expressões, siglas e formas de interação verbal. A fundamentação teórica deste trabalho baseia-se na Semântica do Acontecimento, teoria que compreende que o sentido das palavras se modifica conforme o contexto em que são utilizadas, ou seja, o significado acontece no próprio ato de dizer, quando alguém fala. O contexto, portanto, é elemento essencial na construção do sentido. Como explica Fiorin (2015), a linguagem é o que diferencia os seres humanos dos animais, pois ela permite expressar sentimentos, pensamentos e afetos. É por meio dela que o sentido acontece: mesmo que não saibamos o significado exato de uma palavra, somos capazes de compreendê-la a partir do contexto em que aparece.

METODOLOGIA

A proposta da pesquisa tem como base a fundamentação e metodologia da Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Guimarães (2002) e Dias (1996 até os dias atuais). A língua, compreendida como um sistema de regularidades compartilhadas entre falantes, permite ao homem expressar a sua concepção e relação com o mundo (pessoas, espaços, coisas etc.). Através das

formas linguísticas, orquestradas em espaços de enunciação pelos sujeitos, falamos do mundo, para o mundo e com o mundo. A pesquisa adota uma abordagem descritiva e qualitativa, voltada à observação e interpretação dos usos linguísticos em ambiente digital. O *corpus* será composto por enunciados coletados nas plataformas *Twitter-X* e *TikTok*. As ocorrências serão analisadas considerando os contextos de circulação, a intenção comunicativa dos enunciadores e a produção de sentidos a partir da interação entre linguagem e meio digital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais da pesquisa apontam que as formas “**cringe**”, “**lacrar**” e “**FOMO**” refletem diferentes modos de significar e de posicionar-se discursivamente nas redes sociais. Observemos:



A forma “**cringe**” tem sido utilizada pela Geração Z para expressar **vergonha alheia**, **incômodo** ou **reprovação** diante de comportamentos considerados ultrapassados ou socialmente

constrangedoras. Nesse caso, observa-se a criação de marcas de identidade entre o que é considerado “aceitável” e o que gera desconforto; mesmo que uma gíria tenha sido amplamente usada no passado, utilizá-la hoje pode ser interpretado como julgamento. Outro exemplo:



Já a forma “lacrar” adquire sentidos positivos, associados à autoafirmação, ao empoderamento e à aprovação coletiva, sendo utilizada para valorizar atitudes marcantes ou opiniões firmes. Entretanto, observa-se também que “lacrar” pode assumir um sentido negativo, quando empregado de forma irônica ou ofensiva para atingir outras pessoas, demonstrando que o significado da palavra se constrói a partir do contexto e da intenção do enunciador, conforme a perspectiva da semântica do acontecimento.



A expressão “FOMO” (*Fear of Missing Out*) representa **ansiedade e o medo de estar perdendo experiências**, refletindo a pressão constante de participação nas redes sociais. O uso dessa forma evidencia como os jovens lidam com o uso intenso das redes sociais e como a linguagem funciona para expressar **emoções, desejos e preocupações sociais**. Essas três formas “cringe”, “lacrar” e “FOMO”, demonstram como a Geração Z constrói sentidos sobre si mesma no ambiente digital, evidenciando que a linguagem nas redes sociais é dinâmica, estratégica e essencial para a negociação de valores, identidades e afetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das gírias e formações nominais da Geração Z contribui para compreender os processos de significação na era digital. As análises iniciais indicam que essas formas linguísticas não

apenas comunicam ideias, mas também **produzem sentidos identitários e sociais**, marcando modos de estar e interagir nas redes. A continuidade da pesquisa permitirá aprofundar a compreensão sobre como o acontecimento enunciativo, proposto pela Semântica do Acontecimento, se manifesta nas práticas comunicativas digitais contemporâneas

REFERÊNCIAS

DIAS, Luiz Francisco. **Os sentidos do idioma nacional**: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

DIAS, Luiz Francisco. Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico. In: **Desenredo**. Passo Fundo, v. 9, n. 2, 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Editora RG, 4. ed. 2010.

FIORIN, José Luiz. **A linguagem humana**: do mito à ciência. São Paulo: Contexto, 2015.



Formação continuada de professores do ensino fundamental para inclusão de alunos surdos: desafios e práticas em escolas públicas de Presidente Dutra – MA

EDILEUSA DE JESUS COSTA DE SOUSA
UEMA – PRESIDENTE DUTRA – MA
EVA MORGANA DE LUCENA ANDRADE
UEMA – PRESIDENTE DUTRA MA

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem avançado nas políticas públicas brasileiras, especialmente após a promulgação da Lei nº 13.146/2015, que garante o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência nos sistemas de ensino. Apesar dos progressos, a escolarização de estudantes surdos em municípios do interior ainda enfrenta desafios que comprometem a efetividade das práticas pedagógicas inclusivas. Nesse cenário, a formação continuada de professores do ensino fundamental torna-se elemento essencial para o desenvolvimento de práticas bilíngues e acessíveis, especialmente considerando a necessidade do domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e de metodologias específicas para o ensino de surdos. Assim, este estudo tem como objetivo analisar criticamente a formação continuada oferecida a docentes da rede pública de Presidente Dutra – MA, observando seus impactos na inclusão de estudantes surdos e identificando os principais desafios enfrentados pelas escolas municipais.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por permitir a compreensão aprofundada de percepções, práticas e dificuldades vivenciadas pelos professores no processo de inclusão de estudantes

surdos. A investigação é delimitada como estudo de caso, uma vez que se concentra em analisar, de forma detalhada, a realidade das escolas públicas de ensino fundamental do município de Presidente Dutra – MA.

A produção dos dados será realizada por meio de três procedimentos principais:

1. **Análise documental**, envolvendo diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, registros institucionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e documentos normativos sobre formação continuada;
2. **Questionários semiestruturados**, aplicados a professores que atuam ou já atuaram com estudantes surdos, para coleta de informações sobre práticas pedagógicas, percepções e experiências formativas;
3. **Entrevistas semiestruturadas**, destinadas a aprofundar elementos emergentes dos questionários e explorar a compreensão docente acerca dos desafios enfrentados e das lacunas de formação;
4. **Observações não participantes** (quando autorizadas), realizadas em salas de aula onde haja estudantes surdos, com registros em diário de campo.

Os dados serão organizados e interpretados por meio da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), que possibilita a categorização temática e a identificação de padrões discursivos e práticos. Todos os procedimentos seguirão os princípios éticos definidos na Resolução nº 510/2016, garantindo anonimato, sigilo e consentimento informado dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados preliminares indicam que a formação continuada específica para o atendimento a estudantes surdos ainda é

insuficiente no município de Presidente Dutra – MA, o que fragiliza o desenvolvimento de práticas pedagógicas bilíngues e inclusivas. Observa-se que muitos docentes dependem do AEE como principal suporte, revelando a ausência de políticas sistematizadas de formação docente voltadas à surdez.

Contudo, como esta pesquisa ainda está em andamento, novas etapas de coleta e análise poderão aprofundar a compreensão dos desafios enfrentados, das práticas existentes e das necessidades formativas reais dos professores. Espera-se que, ao final do estudo, seja possível contribuir para o debate acadêmico sobre formação docente e inclusão, bem como oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas educacionais no interior do Maranhão.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

PRESIDENTE DUTRA (MA). Secretaria Municipal de Educação. **Documentos institucionais do Atendimento Educacional Especializado**.

BRASIL. **Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica**. MEC: Brasília, 2019.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Eliane G. **Educação Inclusiva: Cultura, Políticas e Práticas na Escola**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Larissa Lima dos. **Educação de Surdos no Brasil: Perspectivas Bilíngues e Inclusivas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.



Associativismo rural e o fortalecimento da agricultura familiar no município de Presidente Dutra - MA

WERBETH LEONARDO DA SILVA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
SNAYLLA NATYELLE DE OLIVEIRA ALMENDRA
INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO-IFMA

INTRODUÇÃO

Segundo Benetes (2023), agricultura familiar no Brasil carrega em si a responsabilidade de colocar alimentos na mesa dos brasileiros e renda para as famílias do campo e é imprescindível para a grande parcela da população brasileira que depende dos produtos alimentícios produzidos para o cotidiano de suas vidas. No município de Presidente Dutra, localizado na região central do estado do Maranhão, a agricultura familiar configura-se como uma atividade econômica de grande relevância, embora enfrente desafios históricos estruturais, como dificuldades de acesso à terra, ao crédito, aos mercados e à assistência técnica.

Diante desse contexto, o estudo analisou o associativismo rural emerge como uma estratégia coletiva fundamental para superar tais limitações, possibilitando que os pequenos produtores ampliem sua capacidade produtiva, fortaleçam a comercialização e conquistem maior inserção no mercado. Nesse contexto, este estudo analisou o processo de formação e atuação das associações rurais em Presidente Dutra, identificando os fatores que contribuíram para a inatividade da maioria delas e avaliando o papel dos sindicatos e órgãos públicos no apoio à agricultura familiar. A pesquisa justificou-se pela escassez

de estudos regionais sobre o tema e pela necessidade de subsidiar políticas públicas mais efetivas.

METODOLOGIA

Com uma abordagem mista, esta pesquisa combinou análise documental e trabalho de campo, que foram realizados entre junho e julho de 2023. A fase inicial da pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica, com o levantamento de dados em sites como *Google Acadêmico* e *Scielo*, seguida de entrevistas semiestruturadas com as lideranças de seis associações rurais e dois sindicatos. Os dados obtidos foram tratados qualitativamente de modo a favorecer a clareza e a interpretação dos resultados. A opção pelo método qualitativo possibilitou um olhar mais aprofundado sobre as percepções e experiências dos sujeitos envolvidos, permitindo captar dimensões contextuais e subjetivas do fenômeno investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No município de Presidente Dutra foram identificadas 19 associações rurais formalmente constituídas. No entanto, apenas sete (36,8%) possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ativo: Associação dos Produtores Nossa Senhora Aparecida do Povoado Angical, Associação do Comércio de Agrotóxicos da Região dos Cocais, Associação dos Produtores Rurais do Povoado Jenipapo dos Paulinos, Associação dos Açougueiros de Presidente Dutra – Maranhão, Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Povoado Calumbi, Associação dos Produtores Rurais do Povoado Santa Rita do Sul e Associação dos Agricultores Familiares do Povoado Pitombeira. Esse cenário evidencia a fragilidade institucional do associativismo local. A maior parte dessas organizações foi criada entre os anos de 1998 e 2017, motivada principalmente pela necessidade de aquisição e regularização de

terras, obtenção de maquinários agrícolas, fortalecimento da produção e acesso mais direto aos mercados consumidores. Apesar desse cenário relativamente promissor no momento de fundação, a realidade atual é marcada pela baixa continuidade das atividades. Apenas a Associação dos Produtores Rurais do Povoado Santa Rita do Sul mantém-se ativa e em funcionamento regular, participando de programas governamentais e mantendo sua representatividade perante os agricultores locais. Dentre os apontados pelos entrevistados principais fatores para a inatividade das associações destacaram-se: a ausência de incentivos e de assistência técnica adequada por parte do poder público (apontada por cerca de 70% dos entrevistados), a falta de participação dos jovens no campo, a falta de transporte para o escoamento da produção, a inexistência de infraestrutura para armazenamento dos produtos além do crescente desinteresse de muitos associados em manter sua vinculação. Uma parcela significativa dos entrevistados de 83% expressou forte desaprovação em relação à atuação da AGERP e da Secretaria Municipal de Agricultura, classificando-a como pouco eficiente, que relataram depender quase exclusivamente de serviços privados e pagos de assistência técnica. Essa dependência opera os pequenos agricultores e compromete a autonomia das associações. Conforme ressalta Silva (2012) a carência de serviços públicos tende a desestimular a continuidade da participação dos agricultores na comercialização de alimentos, o que possivelmente se relaciona a realidade investigada nesta pesquisa. No que se refere ao acesso a políticas públicas, a Associação de Santa Rita do Sul participa de forma efetiva de programas estratégicos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PROCAF). Além disso, a referida associação em 2022 recebeu o apoio de organizações não governamentais, entre elas o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), que contribuiu

com editais de programas de fomentos no valor de \$98.000,00 em que foi destinado à construção de uma estufa para a produção de mudas e aquisição de barracas para vendas de gêneros alimentícios em feira da agricultura familiar na cidade de Presidente Dutra. Sobre as participações do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar da Microrregião de Presidente Dutra e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Presidente Dutra eles auxiliam associações de agricultura familiar na organização de documentos e na parte jurídica, com apoio da AGERP. Outras instituições como Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviços Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) também colaboram na capacitação e assistência técnica aos agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre associativismo rural em Presidente Dutra concluiu que as associações falharam. O motivo: foram criadas visando benefícios pessoais (terras, máquinas), em vez de fortalecer o coletivo. Essa fragilidade inicial combinada com a total ausência de assistência técnica da AGERP e da Secretaria Municipal da Agricultura, gera um ciclo de desarticulação e descrédito. Embora o Sindicato Rural auxilie na burocracia, a política nacional de extensão rural (PNATER) não é executada na prática. Portanto, o estudo aponta que, sem uma reestruturação do apoio público e uma mudança de mentalidade para a gestão coletiva, o associativismo local não conseguirá promover o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- BENTES, Flávio Maldonado; TEIXEIRA, Emerson Moraes; COLUCCI, Antonio Lincoln. A agricultura familiar no Brasil e seus riscos laborais: Uma abordagem preventiva. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 12, n. 8, pág. e6812842919-e6812842919, 2023. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/80/80>. Acesso em: 29/10/2025.
- DA SILVA, Jhonny Santos. Agricultura familiar camponesa e cooperativismo no Maranhão. *Revista IDEAS*, v. 6, n. 1, p. 50-82, 2012. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/42919/34589>. Acesso em: 29/10/2025.



Fatores que influenciaram o aumento do preço da carne bovina na microrregião de Presidente Dutra em 2019 a 2022

FRANCISCA FRANCIANA SOUSA PEREIRA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
EDUARDO FELIX LIMA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
MILENA ANDRADE DA SILVA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
FRANCISCA LAÍS DE OLIVEIRA SANTOS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
WERBETH LEONARDO DA SILVA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA

INTRODUÇÃO

A bovinocultura brasileira opera predominantemente sob os sistemas extensivo e intensivo, atendendo padrões de qualidade exigidos pelo mercado internacional (Cezar *et al.*, 2005). Essa atividade desempenha papel estratégico no agronegócio brasileiro, sendo fundamental para a geração de renda, o abastecimento alimentar e o comércio exterior. O Brasil destaca-se entre os maiores produtores e exportadores de carne bovina do mundo, atendendo a mercados internacionais e contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto do país (Embrapa, 2015). Contudo, entre 2019 e 2022, o setor passou a enfrentar um cenário de instabilidade, marcado por fatores econômicos, políticos e sanitários, que resultaram em expressiva elevação dos preços da carne. A intensificação da Peste Suína Africana na China, a valorização do dólar, o aumento dos custos dos insumos produtivos e os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a produção e a logística desencadearam um conjunto de efeitos que ampliaram as exportações brasileiras,

reduziram a oferta interna e estimularam a venda acelerada de rebanhos para atendimento da demanda externa. Essa combinação de fatores contribuiu de maneira decisiva para o encarecimento da proteína animal, resultando em elevação superior a 70% nos preços da carne bovina em relação aos anos anteriores (Cepea, 2020), pressionando simultaneamente produtores e consumidores. Na microrregião de Presidente Dutra – MA, composta por municípios fortemente dependentes da pecuária de corte, a elevação dos preços da carne bovina mostrou-se ainda mais expressiva, especialmente nos anos de 2020 e 2021, período em que a região foi impactada de forma intensa por mudanças no mercado pecuário. Diante desse cenário, o presente estudo buscou identificar e analisar os principais fatores responsáveis pela elevação dos preços da carne bovina na microrregião de Presidente Dutra, por meio de levantamento junto a produtores e comerciantes locais, bem como análise dos custos dos insumos produtivos, contribuindo para a compreensão da dinâmica recente do mercado pecuário regional.

METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos científicos e bases de dados de instituições como IBGE, MAPA, CONAB, IPEA e CEPEA, com o objetivo de fundamentar teoricamente o estudo e contextualizar a problemática investigada. O estudo foi desenvolvido na Microrregião de Presidente Dutra, situada na Mesorregião Centro Maranhense, no estado do Maranhão, composta pelos municípios de Dom Pedro, São José dos Basílios, Governador Archer, Gonçalves Dias, Senador Alexandre Costa, Eugênio Barros, Graça Aranha, Presidente Dutra, São Domingos do Maranhão, Santa Filomena e Fortuna, região cuja economia é fortemente baseada nas atividades agropecuárias, com destaque para a pecuária bovina. A coleta de dados primários ocorreu

por meio de pesquisa de campo, realizada junto a produtores de bovinos de corte e estabelecimentos comerciais (açougues e supermercados), utilizando-se questionários estruturados e entrevistas, previamente elaborados e aplicados mediante agendamento. As informações levantadas contemplaram custos de produção, uso de insumos, manejo produtivo e preços de comercialização da carne bovina no período de 2019 a 2021. As unidades de pesquisa compreenderam 22 propriedades produtoras e 22 estabelecimentos comerciais, selecionados conforme critérios de representatividade, tempo de atuação e conhecimento da cadeia produtiva local. Os dados obtidos foram organizados em tabelas e gráficos e submetidos à análise descritiva, permitindo a interpretação dos resultados e a discussão dos principais fatores que influenciaram a formação dos preços da carne bovina na região estudada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo demonstram que o aumento do preço da carne bovina na microrregião de Presidente Dutra entre 2019 e 2021 foi consequência de um conjunto de fatores interligados, de natureza econômica, política, cambial e sanitária, que atuaram de forma gradual e cumulativa ao longo dos anos analisados. Entre os principais fatores identificados destacam-se a crise política interna de 2011/2012, seguida pela recessão econômica de 2014 e 2015, que comprometeram o desempenho dos setores produtivos e elevaram os custos operacionais da cadeia da carne. Soma-se a esse cenário a valorização do dólar, que estimulou as exportações de carne bovina brasileira, reduzindo a oferta no mercado interno e pressionando os preços ao consumidor. Nas Tabelas 1 e 2 abaixo estão a catalogação dos itens fundamentais para a produção da carne na Microrregião de Presidente Dutra. É perceptível que os itens que compõem o custo de

produção da carne bovina sofreram aumento considerável nos anos estudados impactando diretamente o preço da proteína bovina na microrregião.

Tabela 1: Preço dos principais insumos utilizados pelos pecuaristas nos municípios da microrregião de Presidente Dutra no ano de 2019.

Município	Arame	Estaca	Sal Mineral	Semente	Agrotóxicos	Vacinas	Mão de Obra	Locação de Pasto
Fortuna	R\$ 400,00	R\$ 10,00	R\$ 30,00	R\$ 300,00	R\$ 25,00	R\$ 1,10	R\$ 1.040,00	R\$ 30,00
G. Dias	R\$ 330,00	R\$ 8,00	R\$ 10,00	R\$ 210,00	R\$ 20,00	R\$ 1,20	R\$ 1.200,00	R\$ 0,00
G. Archer	R\$ 700,00	R\$ 13,00	R\$ 30,00	R\$ 300,00	R\$ 25,00	R\$ 1,20	R\$ 1.040,00	R\$ 25,00
G. L. Rocha	R\$ 375,00	R\$ 19,00	R\$ 20,00	R\$ 175,00	R\$ 20,00	R\$ 1,50	R\$ 1.200,00	R\$ 20,00
G. Aranha	R\$ 2.000,00	R\$ 6,00	R\$ 30,00	R\$ 300,00	R\$ 25,00	R\$ 1,20	R\$ 1.200,00	R\$ 30,00
Presidente Dutra	R\$ 350,00	R\$ 20,00	R\$ 56,00	R\$ 250,00	R\$ 25,00	R\$ 1,00	R\$ 1.400,00	R\$ 20,00
São Domingos	R\$ 400,00	R\$ 9,50	R\$ 30,00	R\$ 250,00	R\$ 20,00	R\$ 2,00	R\$ 1.040,00	R\$ 30,00
São J. Basílios	R\$ 400,00	R\$ 14,00	R\$ 25,00	R\$ 160,00	R\$ 20,00	R\$ 1,00	R\$ 1.040,00	R\$ 5,00
Senador A. Costa	R\$ 520,00	R\$ 18,00	R\$ 30,00	R\$ 300,00	R\$ 25,00	R\$ 1,20	R\$ 1.040,00	R\$ 25,00

Fonte: Elaboração dos autores

Ao observar a Tabela 1 e 2 verifica-se na microrregião de Presidente Dutra uma considerável elevação nos preços em todos os insumos usados na pecuária. Notou-se que um dos maiores impactos foram as altas no arame, sementes e os agrotóxicos, insumos que mais influenciaram no custo de produção entres os anos de 2019 a 2021. Os produtores relataram que um dos produtos que mais sofreu alteração de forma imediata foi o arame, sendo o principal item usado para produzir cerca nas fazendas da região.

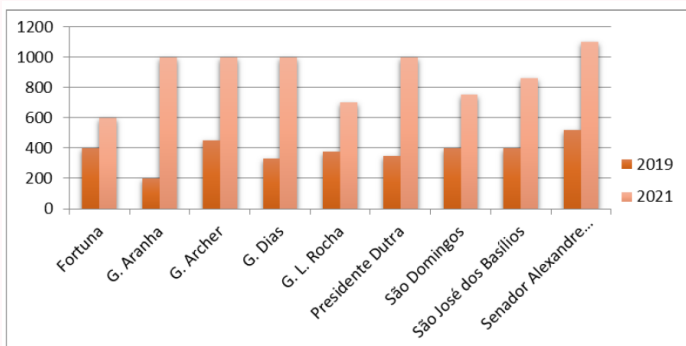
Tabela 2. Preço dos principais insumos utilizados pelos pecuaristas nos municípios da microrregião de Presidente Dutra no ano de 2021.

Município	Arame	Estaca	Sal Mineral	Semente	Agrotóxicos	Vacinas	Mão de Obra	Locação de Pasto
Fortuna	R\$1.200,00	R\$ 25,00	R\$90,00	R\$1.300,00	R\$ 125,00	R\$ 2,00	R\$ 1.440,00	R\$ 40,00
G. Dias	R\$1.000,00	R\$ 27,00	R\$166,00	R\$1.300,00	R\$ 139,00	R\$ 2,10	R\$ 2.240,00	R\$ 0,00
G. Archer	R\$1.000,00	R\$ 25,00	R\$166,00	R\$1.200,00	R\$ 120,00	R\$ 0,00	R\$ 1.920,00	R\$ 40,00
G. L. Rocha	R\$1.200,00	R\$ 19,00	R\$266,00	R\$1.200,00	R\$ 160,00	R\$ 4,00	R\$ 1.440,00	R\$ 40,00
G. Aranha	R\$1.000,00	R\$ 25,00	R\$ 50,00	R\$1.200,00	R\$ 39,00	R\$ 1,50	R\$ 1.400,00	R\$ 40,00
Presidente Dutra	R\$1.300,00	R\$ 20,00	R\$120,00	R\$1.250,00	R\$ 125,00	R\$ 1,20	R\$ 1.920,00	R\$ 25,00
São Domingos	R\$1.350,00	R\$ 20,00	R\$213,00	R\$1.200,00	R\$ 150,00	R\$ 4,00	R\$ 1.440,00	R\$ 40,00
São J.Basilios	R\$1.360,00	R\$ 23,00	R\$166,00	R\$1.260,00	R\$ 80,00	R\$ 1,65	R\$ 1.680,00	R\$ 40,00
Senador A Costa	R\$1.520,00	R\$ 25,00	R\$166,00	R\$1.525,00	R\$ 134,00	R\$ 1,50	R\$ 1.440,00	R\$ 40,00

Fonte: Elaboração dos autores

Os Gráficos a seguir referem-se ao preço para a aquisição do arame liso, das sementes, e agrotóxico, os números são referentes ao diferencial do custo de produção entre os anos 2019 e 2021.

Gráfico 1: Elevação dos preços do arame liso na microrregião de Presidente Dutra entre 2019 e 2021.

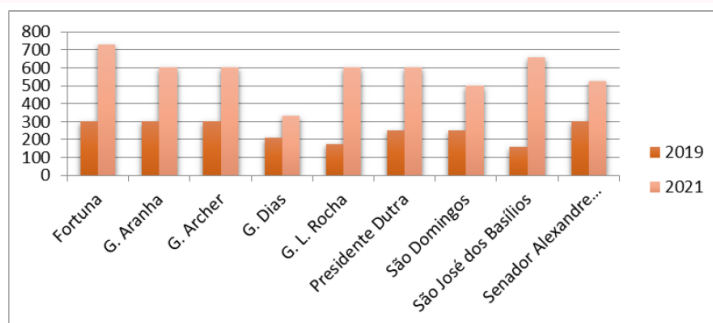


Fonte: Elaboração dos autores

Conforme pode se verificar no Gráfico 2, os percentuais de aumento de preços para a compra de sementes de pastagem em fortuna (58,90%), Graça Aranha (50%), Governador Acher (50%), Gonçalves dias (36,36%), Governador Luís Rocha (70,83%),

Presidente Dutra (58,33%), São Domingos (50%), São José dos Basílios (75,75%), senador Alexandre Costa (42,85%) houve uma variação de 2019 para 2021 no custo da bola de arame liso de aproximadamente 65%.

Gráfico 2: Preço das sementes de pastagem nos anos de 2019 e 2021.



Fonte: Elaboração dos autores.

Adicionalmente, a crise sanitária dos suínos na China elevou a demanda internacional por proteína bovina brasileira, enquanto a pandemia da Covid-19 impactou diretamente a produção, a logística e o custo dos insumos, intensificando ainda mais a elevação dos preços na região estudada. A análise dos dados de campo e das séries históricas revelou também um aumento expressivo no custo dos principais insumos da pecuária, como arames, sementes de pastagem, agrotóxicos e outros componentes essenciais ao sistema produtivo, refletindo-se diretamente no custo final da carne comercializada nos mercados municipais da microrregião de Presidente Dutra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que um conjunto de fatores nacionais e internacionais contribuiu para o aumento do preço da carne bovina,

os fatores se manifestaram gradativamente ao longo de sete anos. Conclui-se também que os impactos cambiais do dólar, as altas taxas de exportação da carne bovina Brasileira e a pandemia proveniente da sars-cov19 promoveram a elevação do preço da carne bovina na microrregião de Presidente Dutra Maranhão.

REFERÊNCIAS

CEZAR, Ivo Martins et al. **Sistemas de produção de gado de corte no Brasil: uma descrição com ênfase no regime alimentar e no abate**. Campo Grande, MS: Embrapa Gado de Corte, 2005. 2005.

CEPEA, Disponível em<<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/consultas-ao-banco-dados-do-site.aspx>>. Acesso em 12 de Dezembro de 2022.

EMBRAPA, **Qualidade da carne bovina**, 2016 Disponível em<<https://www.embrapa.br/qualidadedacarne/carnebovina#####:~:text=Qualidade%2oda%2ocarne%2obovina&text=A%2oexporta%C3%A7%C3%A3o%2ode%2ocarne%2obovina,45%25%2onos%2o%C3%Baltimos%2o5%2oanos/>>>. Acesso em 29 de Dezembro de 2022.

GOV. BR, **Rebanho bovino bate recorde em 2021 e chega a 224,6 milhões de cabeças**, Disponível em<[https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2022/09/rebanho-bovino-bate-recorde-em-2021-e-chega-a-224-6-milhoes-de-cabecas#:~:text=O%2oBrasil%2oconta%2ocom%2oum,Geografia%2oe%2oEstat%C3%ADstica%2o\(IBGE\)/>](https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2022/09/rebanho-bovino-bate-recorde-em-2021-e-chega-a-224-6-milhoes-de-cabecas#:~:text=O%2oBrasil%2oconta%2ocom%2oum,Geografia%2oe%2oEstat%C3%ADstica%2o(IBGE)/>)>. Acesso em 12 de Dezembro de 2022.

Agência Brasil, **Rebanho bovino do Brasil cresce 0,3% em 2014, diz IBGE, 2015** Disponível em<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-10/rebanho-bovino-do-brasil-cresce-0%2C3%25-em-2014-diz-IBGE>>./>. Acesso em 12 de Dezembro de 2022.

CNA pib do agronegócio. Aumento dos custos causa queda de 0,8% no pib do agronegócio neste início de ano 2022. Disponível em:

[https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_CNA_PIB-do-Agronegocio-20junho22\(1\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_CNA_PIB-do-Agronegocio-20junho22(1).pdf), acesso Dez 2022.

IPEA, impactos-iniciais da-greves-dos-caminheiros-no-setor-agropecuarios, 2018. Disponivelem<<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/>>. Acesso em 12 de Dezembro de 2022.

Agencia de notícias IBGE, **Rebanho bovino cresce 1,5% e atinge 218,2 milhões de cabeças em 2020** Disponível em<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31725-rebanho-bovino-cresce-1-5-e-atinge-218-2-milhoes-de-cabecas-em-2020#:~:text=O%20rebanho%20bovino%20cresceu%20pelo,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20ano%20anterior/>>>. Acesso em 12 de Dezembro de 2022.



Novas mídias, novas críticas: concepções contemporâneas sobre a recepção literária em plataformas digitais

**WILEANE SILVA ALMEIDA CUNHA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
DOUGLAS RODRIGUES DE SOUSA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA**

INTRODUÇÃO

A crítica literária, historicamente vinculada ao circuito acadêmico e jornalístico, passa por transformações na era digital. Com a popularização das plataformas digitais, surgem novas formas de mediação entre público, autor e obra, que impactam diretamente as práticas de leitura, recepção e validação das obras. Essas mídias, muitas vezes marcados por linguagem acessível e tom pessoal, ampliam o alcance da crítica, mas também questiona os critérios tradicionais de legitimidade crítica. Diante disso, tomamos partido da seguinte questão problematizadora: Como as plataformas digitais influenciam as relações entre autor, obra e público na contemporaneidade? Em que para respondê-la, apresenta-se como objetivo geral do estudo, investigar as transformações da crítica literária na era digital e analisar como as plataformas digitais influenciam as relações entre autor, obra e público na contemporaneidade. Esse projeto justifica-se por buscar compreender como essas novas formas de crítica influenciam a circulação das obras, a relação entre autor, público e os desafios que se impõem à formação crítica no campo da literatura. A investigação contribuirá com os debates sobre a formação de leitores, a função da literatura na era digital e o papel das plataformas na cultura letrada contemporânea.

METODOLOGIA

A pesquisa será qualitativa, de base exploratória e interpretativa, com os seguintes procedimentos: Mapeamento das principais plataformas digitais voltados à literatura, como o YouTube (Booktuber), o Instagram (Bookstagram), o TikTok (BookTok) e os Podcasts literários; coleta de comentários dos seguidores: que tipo de resposta as resenhas/postagens provocam, que tipo de discussões ocorrem; entrevistas ou questionários com leitores que acompanham esses criadores de conteúdo para saber como influenciam suas escolhas de leitura, percepção da obra, etc; estudo de caso de duas ou três obras literárias contemporâneas amplamente comentadas em mídias digitais. Paralelamente, alinhado a uma revisão bibliográfica sobre crítica literária, mídias digitais e teoria da recepção, ancorada em autores como: Candido (1976), Schøllhammer (2019), Pellegrini (2003), Chartier (1999); Santaella (2012); Jauss (1994), entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa está em desenvolvimento inicial, entretanto já começamos o mapeamento das principais plataformas digitais que divulgam e consomem literatura. Este mapeamento será imprescindível para os resultados esperados da pesquisa que é: compreender a influência das plataformas digitais na circulação de obras e na formação de leitores.

Quadro 1: Principais plataformas digitais voltadas à literatura

CATEGORIA	PLATAFORMAS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Redes Sociais com Comunidades Literárias	Instagram	Resenhas curtas, indicações, desafios de leitura, divulgação de autores
	Tiktok	Vídeos curtos com resenhas rápidas
	Youtuber	Resenhas mais detalhadas
	Twitter/X	Debates literários, threads analíticas, divulgação de lançamentos
Plataformas de produção e consumo	Wattpad	Publicação de textos independentes, foco em jovens autores e leitores
	Google Play livros	Compra e leitura de e-books direto no celular, tablet ou navegador
	Kindle (Amazon)	Maior acervo de e-books; compatível com dispositivo Kindle e app
	Kobo	Biblioteca variada, permite leitura em vários dispositivos e integração com bibliotecas públicas
	Biblioteca Digital Camões, Domínio Público, Open Library	Acesso gratuito a obras de domínio público ou acadêmicas.

	Spirit Fanfics	Fanfics e textos derivados de obras conhecidas
Plataformas de resenhas e organização de leituras	Goodreads	Rede internacional com resenhas, rankings e catálogos pessoais
	Skoob	Rede brasileira de leitores, trocas e resenhas
Podcasts e blogs literários	Podcasts (ex: Literatura Sem Frescura, Pontes para a Literatura, Não é apenas um romance)	Debates, entrevistas, divulgação de autores e obras
	Blogs literários	Resenhas, análises críticas e divulgação independente

Fonte: Elaboração dos autores.

No quadro acima, buscou-se estabelecer as principais plataformas digitais voltadas à literatura, onde se lê, se fala e publica sobre ela, com o intuito de catalogarmos os principais meios digitais que abordem sobre o campo literário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a crítica literária na era digital reflete um campo em constante mudança, em que a interação entre literatura, tecnologia e mídia redefine práticas e conceitos tradicionais. Essas indagações e motivações apontam para a necessidade de uma crítica literária que dialogue com os contextos digitais e que seja capaz de compreender as transformações contemporâneas na literatura e na sua recepção. A análise das concepções contemporâneas sobre a

recepção literária demonstra que as redes e plataformas digitais não apenas ampliam o alcance da literatura, mas também redefinem critérios de legitimidade e os modos de relação entre autor, obra e público.

REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**: resumo para principiantes. 3. ed. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Tradução de Reginaldo Carnello Correa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999.

SANTAELLA, L. **Para compreender a ciberliteratura**. Texto digital, Florianópolis, v.8, n.2, p.229-240. jul/dez. 2012.

SCHØLLHAMMER, Karl Eric. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.



Atuação de profissionais formados em tecnologia de gestão do agronegócio em empresas de financiamento de projetos agropecuários

**FRANCISCA FRANCIANA SOUSA PEREIRA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
FRANCISCA LAÍS DE OLIVEIRA SANTOS
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
LORAINY GOMES SILVA MAGALHÃES
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
WERBETH LEONRADO DA SILVA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
MILENA ANDRADE DA SILVA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA**

INTRODUÇÃO

O agronegócio constitui um dos principais pilares da economia brasileira, sendo responsável por significativa parcela do Produto Interno Bruto nacional e por expressiva geração de emprego e renda. Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP) em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o setor respondeu por 27,4% do PIB brasileiro em 2021 (Alves, 2022; CNA, 2018). Nesse contexto, a formação de profissionais capacitados em Tecnologia de Gestão do Agronegócio torna-se essencial para assegurar eficiência produtiva, financeira e organizacional das atividades rurais. O estágio supervisionado desempenha papel estratégico ao permitir a articulação entre teoria e prática, favorecendo a consolidação da identidade profissional do estudante (Neto; Gehlen; Oliveira, 2010). Este trabalho teve como objetivo analisar a atuação profissional em uma empresa de financiamento e assessoria de projetos agropecuários — a Agrotec — evidenciando as competências

desenvolvidas durante o estágio supervisionado e a contribuição desse processo para a formação profissional do tecnólogo em Gestão do Agronegócio.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como estudo descritivo e exploratório, fundamentado em relato técnico-profissional, desenvolvido a partir das atividades realizadas durante o estágio supervisionado obrigatório na empresa Agrotec, no período de setembro a novembro de 2022. A coleta de dados ocorreu por meio de observação direta, análise documental e participação ativa nos processos de elaboração de projetos agropecuários e de obtenção de crédito rural. O estudo é, portanto, um relato técnico-profissional de natureza descritiva e exploratória, desenvolvido a partir da experiência de estágio supervisionado realizado no período de 13 de setembro a 25 de novembro de 2022, na empresa Agrotec – Assessoria e Projetos Agropecuários, sediada em São Domingos do Maranhão. As atividades foram acompanhadas por observação direta, participação prática nos processos internos da empresa, análise documental e interação com profissionais da área, permitindo a compreensão detalhada das rotinas de elaboração de projetos, obtenção de crédito rural, regularização fundiária e atendimento ao produtor rural.

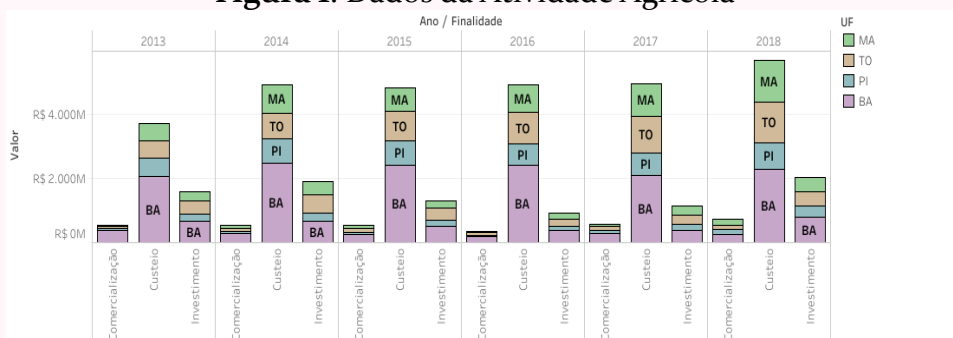
RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades desenvolvidas permitiram compreender, de forma integrada, a complexidade dos processos de financiamento rural, evidenciando a importância do tecnólogo em Gestão do Agronegócio como mediador entre produtores e instituições financeiras. A elaboração de projetos agropecuários, o cadastramento de garantias, a regularização fundiária e ambiental e o atendimento técnico aos

produtores mostraram-se fundamentais para o fortalecimento do desenvolvimento rural regional (Oliveira, 2010; Neto; Gehlen; Oliveira, 2010). O conceito de agronegócio, proposto por Davis e Goldberg, compreende o conjunto de atividades que envolvem desde a produção de insumos até a distribuição final dos produtos agropecuários (Cruvinel, 2009) No Brasil, esse setor consolidou-se como um dos mais dinâmicos da economia, impulsionado pelos avanços tecnológicos decorrentes da Revolução Verde e pela criação da EMBRAPA, fatores determinantes para o aumento da produtividade agrícola nacional (Embrapa, 2018; Novaes *et al.*, 2019) Na região Nordeste, a agricultura familiar ocupa posição de destaque, sendo responsável por 82,6% da mão de obra rural, embora a modernização produtiva tenha ampliado a competitividade regional (Castro, 2012; Dantas, 2021). No Maranhão, destacam-se culturas como soja, milho, arroz, mandioca e abacaxi, além da pecuária bovina, atividades que sustentam o crescimento econômico estadual (Ibge, 2022; Sagrima, 2021). Dada a importância econômica das atividades agropecuárias no Brasil, os governos ao longo dos anos têm incluído estratégias para incentivar a produção agropecuária. Dentre as ações desenvolvidas destaca-se o Plano Safra (programa de destinação de recursos públicos para financiar as atividades agrícolas de pequenos, médios e grandes produtores do país, plano que compreende o período de julho do ano corrente a junho de ano seguinte). A governança instaurou políticas específicas para fomentar a produtividade agrícola e pecuária, compreendendo investimentos públicos em pesquisas e desenvolvimento, extensão rural e crédito rural (Embrapa, 2018). De acordo com dados publicados pelo IPEA (2010) a muito que a manutenção da atividade agrícola no Brasil tem dependido do crédito rural para financiamento de insumos e de outros custos para viabilizar tanto o plantio quanto outras ações da atividade agropecuária, custos esses consignados por meio do Plano Safra. O crédito rural constitui instrumento essencial de fomento à

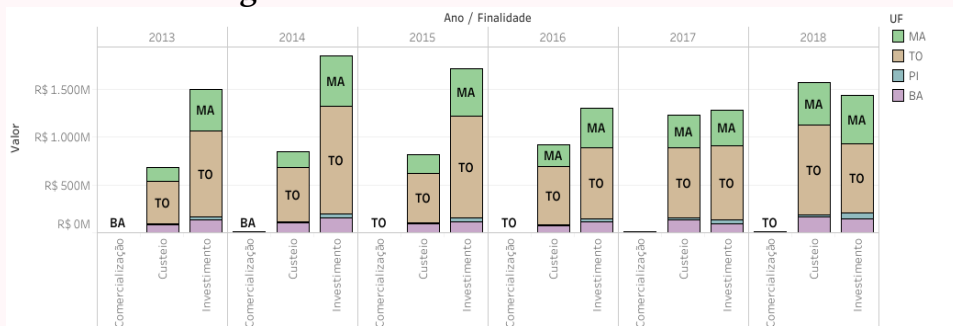
produção, operacionalizado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que viabiliza investimentos, custeio e modernização do setor (Banco do Brasil, 2004; CNA, 2018) Aliado ao desenvolvimento econômico as políticas de crédito rural impactaram de forma positiva a região Nordeste e a fronteira MATOPIBA, uma vez que a divisa apresenta potencial para produção agrícola e pecuária e a oferta de financiamento rural impulsionou o setor, beneficiando e proporcionando aos produtores investimentos em suas produções. Nas Figuras abaixo é possível observar a evolução das contrações de financiamento de crédito rural de 2013 a 2018 na região MATOPIBA.

Figura 1: Dados da Atividade Agrícola



Fonte: Portal Embrapa, 2020.

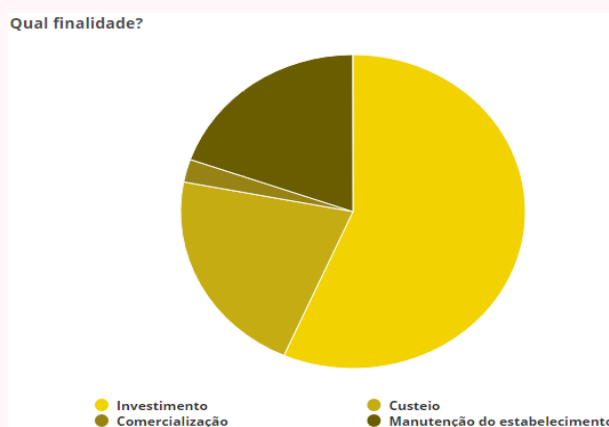
Figura 2: Dados da Atividade Pecuária



Fonte: Portal Embrapa, 2020.

Nas últimas décadas a região Nordeste tem recebido um considerável valor de crédito agropecuário, que proporciona aos agricultores uma melhoria na estrutura de suas propriedades, assim como, nas condições de trabalho (Baptista, 2019). Segundo a Matriz de Dados do Crédito Rural do Banco Central (2022), o valor contratado pela região Nordeste de janeiro a novembro desse ano foi pouco mais de 30 bilhões. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE realizado em 2017, somente 20.463 estabelecimentos agropecuários obtiveram financiamento, ou seja, 9% dos trabalhadores rurais do Maranhão conseguiram contratar o recurso.

Figura 3: Estabelecimentos rurais que obtiveram recursos financeiros por finalidades.



Fonte: IBGE (2017)

De forma complementar, Neto, Gehlen e Oliveira (2010) afirmam que os projetos agropecuários constituem uma ferramenta essencial no planejamento, organização e viabilização técnica, econômica e financeira das atividades rurais, além disso, desempenham papel estratégico no desenvolvimento rural, pois possibilitam a implantação de sistemas produtivos, a diversificação

da produção, o aumento da produtividade e a adoção de inovações tecnológicas, além de servirem como instrumento formal para a captação de financiamentos junto às instituições financeiras. Segundo Oliveira (2010), o projeto agropecuário permite analisar a viabilidade do empreendimento, definir metas produtivas, organizar recursos e orientar a tomada de decisão do produtor, tornando-se elemento indispensável para o acesso ao crédito rural e para a modernização da unidade de produção. O estágio supervisionado representa um componente fundamental no processo de formação do tecnólogo em Gestão do Agronegócio, pois viabiliza a integração entre os conhecimentos teóricos adquiridos na universidade e as práticas profissionais desenvolvidas no mercado de trabalho. Para Neto, Gehlen e Oliveira (2010), a formação profissional exige experiências concretas que permitam ao estudante compreender a dinâmica organizacional, os processos produtivos e os desafios reais da atividade rural. Nesse sentido, o estágio proporciona o desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e socioemocionais, fortalecendo a identidade profissional e preparando o futuro tecnólogo para atuar de forma crítica e eficiente na gestão dos empreendimentos agropecuários, especialmente no que se refere à elaboração de projetos, ao acesso ao crédito rural e à assessoria aos produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado revelou-se essencial para a consolidação da identidade profissional do estudante, possibilitando a aplicação concreta dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso e a compreensão integrada do funcionamento do agronegócio. Conclui-se que a atuação do profissional formado em Tecnologia de Gestão do Agronegócio em empresas de financiamento de projetos agropecuários é indispensável para o fortalecimento do setor,

promovendo desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade no meio rural maranhense e brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. PIB do agronegócio brasileiro tem crescimento de 8,3% em 2021. CNN Brasil, 2022.

BANCO DO BRASIL. Evolução histórica do crédito rural. Revista de Política Agrícola, 2004.

CASTRO, C. N. A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. IPEA, 2012.

CNA. Guia do Crédito Rural: Safra 2017/2018. Brasília, 2018.

CRUVINEL, P. Agronegócio e oportunidades para o desenvolvimento sustentável do Brasil. EMBRAPA, 2009.

DANTAS, M. Crescimento da agricultura e pecuária na região Nordeste. 2021.

EMBRAPA. Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira. Brasília, 2018.

IBGE. Produção agropecuária do Maranhão. 2022.

NETO, A. B.; GEHLEN, I.; OLIVEIRA, V. L. Planejamento e gestão de projetos para o desenvolvimento rural. PLAGEDER, 2010.

OLIVEIRA, V. L. Elaboração e avaliação de projetos para a agricultura. PLAGEDER, 2010.

SAGRIMA. Perfil da Agropecuária Maranhense 2020–2021. São Luís, 2021.



Estudo das técnicas, práticas e tecnologias empregadas na produção do abacaxi em São Domingos do Maranhão – MA

**FRANCISCA FRANCIANA SOUSA PEREIRA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
FRANCISCA LAÍS DE OLIVEIRA SANTOS
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
MARCOS SIQUEIRA RIBEIRO
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
WERBETH LEONARDO DA SILVA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA
MILENA ANDRADE DA SILVA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE DUTRA**

INTRODUÇÃO

A partir dos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019; 2023), verifica-se que o município de São Domingos do Maranhão apresenta expressiva representatividade na produção de abacaxi, concentrando 76,03% da área plantada e 75,16% da produção estadual, configurando-se como o maior produtor do Maranhão. A cultivar de maior destaque em área plantada, no município, é a ‘Pérola’, seguida da variedade ‘Turiaçu’. O cultivo do abacaxi constituiu-se como uma das principais atividades econômicas locais, exercendo papel fundamental na geração de emprego e renda para centenas de agricultores. Apesar de sua relevância econômica, observa-se que ainda são escassos os estudos voltados à análise da cadeia produtiva do abacaxi no município, o que evidencia uma lacuna no que se refere à identificação das técnicas e práticas efetivamente utilizadas pelos abacaxicultores locais. Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo identificar as técnicas e práticas culturais do sistema

de produção e caracterizar a cadeia produtiva do abacaxi no município de São Domingos do Maranhão – MA.

METODOLOGIA

A pesquisa reuniu informações sobre o sistema de produção da abacaxicultura em São Domingos do Maranhão, visando compreender e caracterizar a configuração do sistema de produção dos produtores de abacaxi no município, desde a seleção das mudas até a comercialização dos frutos, onde foram identificadas técnicas, práticas e tecnologias empregadas nessa atividade. A execução do projeto teve dois momentos, no primeiro, foi realizada a identificação e seleção dos produtores de abacaxi. Foi feito um levantamento na Secretaria de Agricultura Municipal, que traz anualmente o ranque dos principais produtores de abacaxi e as regiões com o maior número de produtores do município. Após a seleção, realizou-se as visitas às unidades produtivas. A pesquisa levantou dados socioeconômicos, assim como os tipos de atividades desenvolvidas pelos agricultores, bem como a destinação da produção (consumo próprio e/ou comercialização), presença/ausência de apoio de assistência técnica e acesso às políticas públicas para agricultura familiar, quando for o caso. No geral abordou questionários e observações relativas aos seguintes temas: Tipos de plantios adotados; Realização de análise dos solos e correção dos solos das áreas de cultivo; Manejo das mudas e forma de cultivo; Uso dos insumos; Práticas de adubação de solos no cultivo; Práticas de adubação foliar; Práticas de indução floral; Práticas e insumos utilizados no controle de pragas e doenças; Rotação de áreas de cultivos e rotação de culturas; Colheita do rebentão/filhote; Comercialização dos frutos; Gestão orçamentária das áreas cultivadas com o abacaxi. Os questionários foram aplicados às lideranças das unidades produtoras de abacaxi. Os dados quantitativos verificados na pesquisa bibliográfica e as respostas aos

questionários das entrevistas foram analisados e sistematizados para a realização da caracterização da cadeia produtiva dos abacaxicultores do município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir tem-se a configuração da cadeia produtiva, no que diz respeito a vários aspectos: tamanho da área plantada, se essa área cresceu ao longo dos anos estudados nas unidades produtivas analisadas (Tabela 1); descrição de como normalmente é conduzido o cultivo, desde a abertura da área até a colheita entre outros quesitos explorados com a realização do estudo. Observa-se que os produtores tendem a aumentar a área cultivada ao longo dos anos:

Tabela 1. Tamanho da área plantada nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023.

Intervalos em hectares (ha)	2020	2021	2022	2023
0-1	18	20	16	14
1-2	5	4	9	10
2-3	-	-	2	1
3-5	-	-	-	1
>5	17	17	17	16

Os produtores afirmaram desejar, a cada ano, aumentar a área cultivada o que não era possível, segundo eles, por problemas na comercialização, e outros justificaram não ser possível aumentar a área por problemas para encontrar mão de obra para o plantio e a realização dos tratamentos culturais obrigatórios do cultivo. Os passos iniciais de limpeza da área onde será implantada a cultura correspondem a abertura, utilizando máquina, sendo estas máquinas, trator de esteira e trator de pneus. A utilização de uma ou

outra depende da configuração da vegetação da área. Os principais tratos culturais realizados durante o cultivo do abacaxi no município de São Domingos do Maranhão são: Abertura da área, Queima, encoivara, aração gradagem, seleção de mudas, plantio, adubações, capinas (químicas e manuais), Indução floral (aplicação de carbureto e de Ethrel) e cobertura dos frutos. O desmatamento da área, quando este é realizado pelos tratores de esteira para mata mais densa, a hora custa R\$ 400,00; e trator de pneu para área de capoeira com vegetação jovem, dependendo ainda da topografia do terreno, varia entre R\$ 100,00 e R\$ 120,00/tarefa. Após dois meses desse processo é realizado a queima e depois é feita a limpeza da área que será implantada a cultura, etapa chamada de encoivara, atividade que visa juntar os retos de vegetação queimada que ficaram na área. Os produtores fazem a seleção das mudas observando o tamanho e qualidade da fiação. O plantio é feito de forma manual e a grande maioria contrata mão de obra para realizar essa tarefa. Assim, 98% dos produtores afirmam ser novembro o melhor mês para o plantio da lavoura de abacaxi, pois as chuvas se iniciam no município e as adubações se tornam mais eficientes. Um fato apontado pelos produtores é que o intervalo de colheita promove melhor perspectiva no momento da comercialização com a antecipação dos frutos (Tabela 2).

Tabela 2. Melhor época para o plantio

Novembro	Dezembro	Janeiro
Quantidade de produtores		
38	2	-

O espaçamento utilizado por 99 % dos produtores entrevistados é de 25 a 30 cm entre as plantas e de 80 cm entre as linhas de plantio. Observa-se que a grande maioria dos produtores

realizam duas adubações no decorrer do ciclo da cultura do abacaxi (Tabela 3). A primeira adubação é realizada entre 45 e 60 dias após o plantio e o formulado mais utilizado pelos entrevistados é o 10-10-10 (NPK), combinando-o com ureia e sulfato de amônio. A segunda adubação ocorre entre um intervalo de 45 a 90 dias após a primeira adubação.

Tabela 3. Quantidade de adubações realizadas durante a condução da cultura

Número de adubações	1 adubação	2 adubações	3 adubações
Quantidade Produtores entrevistados	-	36	4

Outro passo fundamental da condução da lavoura do abacaxi é a indução floral, técnica utilizada para a uniformização dos frutos e realizada por 100% dos produtores entrevistados. Principais defensivos utilizados no cultivo do abacaxi que foram citados pelos produtores são: Metrimex, Demolidor, Diuron, Lannate Br, Hexazinona-D, Roundup, Calaris, Jump. Verifica-se que 99% dos produtores não recebem assistência técnica, e todas as práticas realizadas na lavoura são seguidas de acordo com observações anteriores, e informações fornecidas pelos donos dos locais de venda dos produtos/defensivos utilizados na lavoura.

Tabela 4. Número de produtores dentre os entrevistados que recebem assistência técnica durante a condução da lavoura de abacaxi

Sim	Não
1	39

A comercialização é um problema crucial da cadeia produtiva do abacaxi no município de São Domingos do Maranhão, pois mesmo uma grande maioria de produtores afirmando não haver dificuldade de comercializar os frutos (Tabela 11), uma parte considerável de produtores afirmaram já terem sofrido prejuízos no momento da comercialização, sendo um dos prejuízos principais apontados, foi o fato de venderem a roça, maneira convencional de comercializar o fruto, e não receberem o valor acertado na venda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de abacaxi no município é em sistema sequeiro, e ao longo do ano o fruto do abacaxi varia de preço conforme o período da comercialização, podendo ser comercializado por apenas 0,80 centavos bem como pode atingir o preço de R\$ 4,00 tendo como padrão as frutas de 1.200 kg. A queda no preço da fruta se dá devido o período de maior oferta no mercado que são nos meses de maio a agosto. A cadeia produtiva de abacaxi, está estruturada e tem trazido resultados satisfatórios econômica e socialmente para o município, contudo, é evidente que se as questões da falta de conhecimento técnico dos produtores, e a falta de assistência técnica fossem sanadas os rendimentos seriam muito maiores.

REFERÊNCIAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2018**. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acesso em: 23 jul. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **PAM - Produção Agrícola Municipal**, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>. Acessado em: 5 jul 2023.



O papel das plataformas digitais na mediação da literatura contemporânea: teoria, discurso e circulação

HEVELYN RAYRA SILVA PEREIRA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE OUTRA
DOUGLAS RODRIGUES DE SOUSA
UEMA – CAMPUS PRESIDENTE OUTRA

INTRODUÇÃO

A consolidação da cultura digital tem provocado transformações significativas nas práticas de leitura e nos modos de circulação da literatura contemporânea. As plataformas digitais, como as redes sociais Instagram, YouTube, TikTok, Twitter/X e blogs, canais de vídeo e podcasts, tornaram-se espaços relevantes de mediação literária, nos quais leitores assumem o papel de produtores de conteúdo, compartilhando impressões, recomendações e experiências de leitura. Nesse contexto, a literatura passa a circular por meio de linguagens multimodais e discursos marcados pela subjetividade, pela interação e pelo engajamento coletivo. Esses ambientes ampliam as possibilidades de acesso e troca em torno do universo literário, uma vez que “redes sociais digitais informacionais ampliam as possibilidades de troca de informações, pois este ambiente favorece os interesses a respeito de livros, autores e principalmente experiências com outros temas semelhantes” (Marassi, 2017, p. 67). Assim, investigar o papel das plataformas digitais na mediação da literatura contemporânea torna-se relevante para compreender os impactos dessas práticas na formação do leitor, bem como os deslocamentos nos critérios tradicionais de legitimação literária. O presente estudo busca

contribuir para esse debate ao analisar os discursos e as dinâmicas de circulação literária no contexto digital.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, voltada à análise do papel das plataformas digitais na mediação da literatura contemporânea. Inicialmente, realizou-se um levantamento teórico sobre mediação literária, leitura e cultura digital, com base em autores da área dos estudos literários e da comunicação, a fim de fundamentar a análise. Em seguida, procedeu-se ao mapeamento de perfis e canais dedicados à mediação literária em plataformas digitais, como *Instagram*, *YouTube*, *TikTok*, *Twitter/X* e outras redes sociais, considerando critérios de relevância, engajamento e diversidade de gêneros literários. A partir desse mapeamento, foi selecionado um corpus composto por postagens, vídeos e demais conteúdos relacionados à indicação, avaliação e discussão de obras literárias contemporâneas. Os materiais selecionados foram analisados à luz dos eixos teoria, discurso e circulação, buscando identificar os tipos de discursos mobilizados, as estratégias de mediação empregadas e as dinâmicas de circulação da literatura nesses ambientes digitais. A análise privilegia a interpretação dos sentidos produzidos, sem pretensão de generalização estatística, considerando as especificidades do contexto digital e cultural em que os conteúdos são produzidos e compartilhados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais, analisados a partir dos eixos teoria, discurso e circulação, evidenciam que as plataformas digitais operam como instâncias relevantes de mediação da literatura

contemporânea. Do ponto de vista teórico, observa-se um deslocamento das formas tradicionais de legitimação literária para práticas mediadas por leitores-produtores de conteúdo, o que tensiona a centralidade da crítica institucional e amplia os modos de acesso e valorização das obras no contexto da cultura digital. No eixo discursivo, a análise preliminar do corpus aponta a predominância de discursos afetivos, recomendativos e performáticos, caracterizados por linguagem acessível, forte presença da subjetividade e uso de recursos multimodais. Esses discursos favorecem a aproximação entre obra e leitor, ao mesmo tempo em que reformulam os critérios de avaliação estética e crítica literária. Quanto à circulação, os dados indicam que a literatura passa a se difundir por meio de dinâmicas próprias das plataformas digitais, como engajamento, compartilhamento e algoritmização da visibilidade, ampliando o alcance de determinados títulos e autores. Tal processo contribui para a democratização da leitura, ainda que estabeleça novas formas de hierarquização e consagração no campo literário contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir dos resultados parciais, que as plataformas digitais desempenham papel central na reconfiguração da mediação literária contemporânea, ao promoverem novas formas de circulação, recepção e valorização da literatura no contexto da cultura digital. Ao deslocarem a mediação do espaço institucionalizado da crítica literária para ambientes digitais marcados pela interação, pela multimodalidade e pelo engajamento, essas plataformas ampliam o acesso à leitura e favorecem a emergência de novos perfis de leitores e mediadores. Os discursos predominantes, caracterizados pela acessibilidade, pela subjetividade e pela performance, aproximam o público das obras,

ao mesmo tempo em que tensionam critérios tradicionais de avaliação estética e legitimação literária. No que se refere à circulação, observa-se que a literatura passa a se difundir segundo lógicas próprias das plataformas digitais, mediadas por algoritmos, visibilidade e participação coletiva, impactando diretamente a consagração de autores e obras. Assim, os resultados apresentados não encerram a investigação, mas indicam a necessidade de aprofundamento teórico e analítico sobre as relações entre cultura digital, práticas de leitura e formação do leitor contemporâneo, apontando caminhos relevantes para pesquisas futuras no campo dos estudos literários.

REFERÊNCIAS

MARASSI, Alessandra de Castro Barros. **Interações digitais e o consumo e o de livro**. São Paulo: Gênio Criador Editora, 2017.



Estelionato eletr

Estelionato eletrônico e vulnerabilidade social: desafios à efetivação da tutela penal

tutela penal

Thatyara Bandeira Sousa

THATYARA BANDEIRA SOUSA
UEMA – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

RESUMO

Este estudo analisa a vulnerabilidade de determinados grupos frente ao estelionato eletrônico na realidade social contemporânea, sob a ótica da legislação penal brasileira. Considerando a Lei 14.155/2021 e suas implicações sobre o artigo 171 do Código Penal, busca-se compreender de que forma a tutela penal pode enfrentar os desafios impostos por esse crime. O problema central que norteia a pesquisa é: como garantir a efetividade da tutela penal diante do estelionato eletrônico, especialmente em relação a grupos sociais em situação de vulnerabilidade? A relevância do tema está no impacto direto sobre a proteção de direitos fundamentais e na necessidade de reflexão crítica sobre as limitações da legislação penal em um ambiente digital marcado por anonimato, transnacionalidade e dificuldade probatória. Além disso, destaca-se a importância de propor caminhos que fortaleçam a segurança digital, especialmente de idosos, pessoas com baixa escolaridade e indivíduos com fragilidades socioeconômicas.

INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias digitais transformou as formas de interação social, econômica e também a prática de crimes. Entre eles, o estelionato eletrônico ganhou destaque pela utilização de recursos digitais para enganar vítimas e obter vantagens ilícitas.

A criação da Lei nº 14.155/2021 representou um marco no ordenamento jurídico, ao tipificar com mais rigor os crimes de fraude eletrônica. Contudo, a mera positivação legal não garante, por si só, a efetividade da tutela penal, tendo em vista os obstáculos inerentes ao ambiente digital, como o anonimato dos infratores, a transnacionalidade das práticas e a dificuldade de produção de provas.

Nesse contexto, é essencial analisar não apenas a norma penal, mas também a vulnerabilidade dos grupos sociais mais expostos a esse tipo de fraude, como idosos, pessoas de baixa escolaridade, usuários inexperientes e indivíduos em situação de fragilidade econômica.

OBJETIVOS

Objetivo geral: Analisar os desafios enfrentados pela tutela penal diante do estelionato eletrônico e sua relação com a vulnerabilidade social.

Objetivos específicos:

1. Investigar como a vulnerabilidade social potencializa a vitimização em fraudes eletrônicas.
2. Examinar os limites do ordenamento jurídico penal para lidar com o estelionato eletrônico.
3. Identificar possíveis mecanismos de prevenção e repressão que articulem direito penal, políticas públicas e educação digital.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica interdisciplinar, abrangendo obras de direito penal, criminologia e estudos sociais na análise de jurisprudências, buscando identificar como os tribunais têm aplicado a Lei 14.155/2021, no estudo de artigos acadêmicos e relatórios institucionais, para mapear dados sobre vitimização e vulnerabilidade em crimes digitais e na análise comparativa, observando práticas de enfrentamento adotadas em outros países no combate ao estelionato eletrônico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais apontam que a vulnerabilidade social amplifica a vitimização nos crimes digitais, sobretudo em grupos com menor domínio tecnológico. A pesquisa evidencia que a legislação penal, embora necessária, não é suficiente para garantir proteção integral, a eficácia no enfrentamento ao estelionato eletrônico exige integração entre tutela penal, políticas públicas e estratégias tecnológicas de prevenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a tutela penal sozinha não é capaz de enfrentar de maneira plena os desafios do estelionato eletrônico. O combate a esse crime deve ser multidisciplinar, envolvendo não apenas o fortalecimento da legislação e da atuação do sistema de justiça, mas também políticas públicas de inclusão digital, educação tecnológica e campanhas de conscientização. Ademais, é essencial o desenvolvimento de mecanismos mais ágeis de rastreamento e punição de estelionatários, aliados à cooperação internacional no

enfrentamento da criminalidade transnacional. Assim, apenas a combinação de direito penal, políticas sociais e inovação tecnológica poderá reduzir a vulnerabilidade e garantir maior segurança aos cidadãos no espaço digital.

REFERÊNCIAS

SILVA, Natália dos Santos. **O estelionato virtual e a sua estrutura jurídica**. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Desenvolvimento) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Brasília, 2023.

GONÇALVES, Samuel Martins; HENRIQUES, Thiago Alves. **Crimes digitais: análise sobre o estelionato virtual**. Ipatinga: Faculdade de Ipatinga, 2023.

BRASIL. Código Penal. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 1 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.155, de 27 de maio de 2021. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – **Código de Processo Penal, para aumentar a pena do crime de furto quando cometido mediante fraude eletrônica ou com o uso de dispositivo eletrônico ou informático**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14155.htm. Acesso em: 1 out. 2025.



Uema
CAMPUS
PRESIDENTE DUTRA

Proexae
Pró-Reitoria de Extensão e
Assuntos Estudantis



**Editora
Uema**